

JASMIN GLADYS MELCHER ECHEVERRIA

**Relações entre mulheres trabalhadoras e
violência doméstica: percepções de mulheres
atendidas em um Centro de Atendimento à
Mulher**

Rio de Janeiro

2016

JASMIN GLADYS MELCHER ECHEVERRIA

**Relações entre mulheres trabalhadoras e
violência doméstica: percepções de mulheres
atendidas em um Centro de Atendimento à
Mulher**

Dissertação de mestrado apresentada para a banca, do Programa de Mestrado em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP), da Fundação Oswaldo Cruz com vistas à obtenção do título de Mestre em Saúde Pública

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Helena
Barros de Oliveira

Co-orientadora: Prof.^a Dr.^a Regina Maria
de Carvalho Erthal

Rio de Janeiro

2016

Catálogo na fonte
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica
Biblioteca de Saúde Pública

E18r Echeverria, Jasmin Gladys Melcher
Relações entre mulheres trabalhadoras e violência
doméstica: percepções de mulheres atendidas em um
Centro de Atendimento à Mulher. / Jasmin Gladys Melcher
Echeverria. -- 2016.
96 f. : graf.

Orientador: Maria Helena Barros de Oliveira
Regina Maria de Carvalho Erthal
Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Saúde
Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2016.

1. Violência Doméstica. 2. Trabalho. 3. Identidade de
Gênero. 4. Mulheres. 5. Serviços de Informação. 6.
Serviços de Saúde da Mulher. 7. Violência contra a Mulher.
I. Título.

CDD – 22.ed. – 362.83

JASMIN GLADYS MELCHER ECHEVERRIA

Relações entre mulheres trabalhadoras e violência doméstica: percepções de mulheres atendidas em um Centro de Atendimento à Mulher

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Mestrado em Saúde Pública
da Escola Nacional de Saúde Pública
Sérgio Arouca (ENSP), da Fundação
Oswaldo Cruz com vistas à obtenção do
título de Mestre em Saúde Pública

Aprovada em: 31 de março de 2016.

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dr^ª. Vera Lúcia Marques da Silva - ENSP/ Fiocruz

Prof^ª. Dr^ª Sônia Maria Giacomini - PUC/ RJ

Prof. Dr. Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos - ENSP/ Fiocruz

Prof. Dr. Gabriel Eduardo Schütz - IESC/ UFRJ

Rio de Janeiro

2016

Ao meu pai, Angel Echeverria, e aos meus avós, Paulo e Elane Melcher, que tenho certeza que onde eles estiverem estão orgulhosos e sempre desejando a minha felicidade. Amo vocês por toda a eternidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao Deus em que acredito e confio, pois sem ele, não teria forças e nem fé para caminhar e acreditar no improvável. Obrigada por tudo que tenho e pelo que sou.

Agradeço a minha mãe, Denise Melcher, pela educação, carinho, dedicação e zelo que sempre teve por mim. E acima de tudo, nunca deixou de acreditar e confiar em mim. Sou admirada pela pessoa que você é e agradeço a Deus por ter me dado a possibilidade de ser sua filha. Tenho orgulho de ter você como mãe. Acho que a frase a seguir resumirá toda minha gratidão por tudo que você fez e faz por mim: Eu te amo e muito obrigada!

Agradeço aos meus padrinhos, Tânia e Aldir, pelo carinho que sempre dedicaram a mim, e por me abraçar como filha. Afinal, padrinhos são também nossos pais. Amo vocês.

Obrigada aos meus primos Cristiano e Caroline, que sei que no momento em que eu precisar, eles estarão de alguma forma me ajudando e me confortando.

Agradeço ao meu amigo e companheiro Diego Garrido, que está comigo nas melhores e piores horas, sempre disposto a me ajudar e a oferecer seu abraço e carinho. Sempre. Te amo.

Agradeço muito aos meus amigos que a vida me apresentou e sei que levarei por toda a vida e que estarão sempre disponíveis a me ouvir e ajudar.

Obrigada aos colegas de turma do mestrado pelos momentos de apoio nas horas de angústia, e pelos momentos bons que passamos juntos, aprendendo que a união vai além dos limites da sala de aula!

Agradeço toda a equipe do Departamento Direitos Humanos, Saúde e Diversidade Cultural/Ensp/Fiocruz, que muito contribuiu para a minha motivação com o tema da violência contra a mulher, além de estar rodeada de pessoas sempre dispostas a ouvir e ensinar.

Agradeço também as minhas orientadoras, professora Maria Helena Barros e professora Regina Erthal, que só acrescentaram a minha formação quando fazia estágio no Dihs e agora no mestrado, fornecendo todo o apoio quando precisava.

Ao Centro Especial de Atendimento à Mulher, em especial a coordenadora Adriana Lins, que autorizou a realização deste estudo, fornecendo as informações necessárias para a realização deste trabalho.

Às usuárias do CEOM Zuzu Angel por disponibilizarem seu tempo para falar de suas histórias. Sem vocês este trabalho não existiria. Obrigada!

A mulher nasce livre e tem os mesmos direitos do homem.(...) Esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e, sobretudo, a resistência à opressão. (...) O único limite ao exercício dos direitos naturais da mulher, isto é, a tirania do homem, deve ser reformada pelas leis da natureza e da razão.

Olympe de Gournay, 1791,
Declaração dos direitos da mulher e da cidadã

RESUMO

A presente dissertação teve como objetivo analisar as relações entre mulheres em situação de violência doméstica e o seu trabalho a partir das percepções de mulheres agredidas por seus companheiros ou ex-parceiros, atendidas no Centro Especial de Orientação à Mulher Zuzu Angel (CEOM Zuzu Angel), no município de São Gonçalo, Rio de Janeiro. Para a realização deste trabalho, foi necessário conhecer o funcionamento da Instituição e também identificar as estratégias criadas pelas mulheres para lidar com a situação do seu trabalho diante da violência doméstica sofrida. O referencial teórico nos aproximou de uma perspectiva de gênero para entender o conceito de violência doméstica e suas possíveis relações com o trabalho. A metodologia adotada seguiu uma abordagem qualitativa. O desenvolvimento de levantamento bibliográfico, em fontes tanto nacional como estrangeira, a partir de artigos, livros e pesquisa virtual permitiu estabelecer parâmetros comparativos, históricos e dados atualizados sobre violências contra a mulher e suas estratégias de lutas. Foi realizado trabalho de campo no CEOM Zuzu Angel, com a utilização das seguintes ferramentas na busca pelo objetivo proposto: observação participante; levantamento documental das fichas de acompanhamento das mulheres atendidas do ano de 2014 que se adequavam aos critérios adotados por esse estudo; e entrevistas individuais com mulheres consideradas em situação de violência doméstica e que têm ou tiveram um trabalho remunerado durante o período de violência. Como resultado, destaca-se que a violência doméstica afeta o trabalho das mulheres agredidas por seus parceiros, influenciando principalmente no rendimento e rotina de trabalho. Entretanto, o trabalho também é visto pelas entrevistadas como uma válvula de escape, onde as atividades laborais auxiliavam na tentativa de esquecer os problemas que tinham no âmbito doméstico com seus parceiros. Outro ponto ressaltado é a vergonha que estas usuárias tinham em pedir auxílio a algum funcionário das empresas em que trabalhavam, procurando outras estratégias para lidar com a situação de violência que sofriam.

Palavras-chave: Violência doméstica e Trabalho, Gênero, Mulher, Centro de Referência de Atendimento à Mulher

ABSTRACT

This dissertation analyzed the relationship between women in situations of domestic violence and their work from the perceptions of women abused by their partners or former partners, assisted at Centro Especial de Orientação à Mulher Zuzu Angel (CEOM Zuzu Angel), in São Gonçalo, Rio de Janeiro. For this work, it was necessary to know the functioning of the institution and also identify the strategies created by women to deal with the situation of their work in face of the domestic violence. The theoretical approach was in a gender perspective to understand the concept of domestic violence and their possible relationship with the work. The methodology followed a qualitative approach. The development of literature in both domestic and foreign sources, from articles, books and virtual research allowed to establish comparative parameters, historical and updated data on violence against women and their struggles strategies. Fieldwork was conducted at CEOM Zuzu Angel, using the following tools in the search for the proposed objective: participant observation; documentary survey of the monitoring records of women seen in the year 2014 that suited the criteria adopted by this study; and individual interviews with women considered on a situation of domestic violence and who has or had a job during the period of violence. As a result, it is emphasized that domestic violence affects women's work abused by their partners, influencing mainly on income and routine work. However, work is also seen by interviewees as a place to escape, where work activities assisted in an attempt to forget about the problems they had in the domestic sphere with its partners. Another point highlighted is the shame that these users had to seek help from any employee of the companies they worked for, looking for other strategies to deal with the violence they suffered.

Keywords: Domestic Violence and Work, Gender, Women, Assistance to Women Reference Center.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Modelos de violências sofridas por mulheres (2010)	15
Figura 2 - Dados sobre a Violência contra a Mulher no Estado do Rio de Janeiro Segundo Formas de Violência e Delitos Analisados - 2014	16
Figura 3 - Conhecimento da Lei Maria da Penha	24
Figura 4 - Pedido de ajuda pelas usuárias/ 2014	53

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Relação vítima e agressor - 1º semestre de 2015.....	11
Gráfico 2 - Tipo de violência relatada nos primeiros 10 meses de 2015	31
Gráfico 3: Relação entre vítima e agressor(a) nos primeiros 10 meses de 2015.....	31
Gráfico 4: Estado civil das usuárias dos 23 prontuários do CEOM Zuzu Angel/ 2014.....	48
Gráfico 5: Parceiro afetivo que provocou a violência das usuárias dos 23 prontuários do CEOM Zuzu Angel/ 2014	49
Gráfico 6: Tipo de violência apontada nos prontuários das 23 usuárias do CEOM Zuzu Angel/2014	50
Gráfico 7: Fator potencializador da violência praticada contra as 23 usuárias do CEOM Zuzu Angel/2014	50
Gráfico 8: Escolaridade das 23 usuárias do CEOM Zuzu Angel/ 2014	51
Gráfico 9: Tipos de violência doméstica sofrida pelas 5 entrevistadas em seus relacionamentos	52

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
I FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	4
1.1 Conceito de violência contra a mulher sob uma perspectiva de gênero	4
1.2 A assimetria feminino e masculino: uma construção social.....	5
1.3 Contribuições existentes no Brasil na busca pela construção do conceito de violência contra a mulher	9
1.4 Modelos de Violência Contra a Mulher	11
1.4.1 Violência entre parceiros íntimos	11
1.4.2 Violência familiar	12
1.4.3 Violência doméstica	13
1.4.4 Formas de violência que são encontradas em âmbito doméstico e familiar.....	13
1.4.5 Um dilema: denunciar ou não denunciar?	16
1.5 Mulheres trabalhadoras e a divisão sexual do trabalho	17
1.6 Principais políticas públicas para o enfrentamento da violência contra a mulher no Brasil	19
1.6.1 Direitos Humanos e a violência contra a mulher	20
1.6.2 Lei Maria da Penha	21
1.6.3 Políticas Públicas e a Secretaria de Políticas para as Mulheres	24
1.6.4 Principais Serviços de Atendimento à Mulher em Situação de Violência	28
1.6.4.1 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM)	28
1.6.4.2 Central de Atendimento à Mulher (180)	30
1.6.4.3 Serviços de saúde	32
1.6.4.4 Casas-Abrigo	32
1.6.4.5 Centros de Referência de Atendimento à Mulher	33
II OBJETIVOS	35
III PERCURSO METODOLÓGICO	36
3.1 Levantamento bibliográfico.....	36
3.2 Critérios de inclusão de sujeitos da pesquisa.....	36
3.3 Levantamento documental.....	37
3.4 Observação participante	38

3.5 Considerações éticas	39
3.6 Análise dos dados	41
IV TRABALHO DE CAMPO E SEUS RESULTADOS	42
4.1 São Gonçalo e o CEOM Zuzu Angel	42
4.1.1 Serviços no CEOM Zuzu Angel	44
4.2 Análise documental	47
4.2.1 Perfil das entrevistadas	51
4.3 Violência doméstica e trabalho	53
4.3.1 Produtividade e modificação na rotina de trabalho	53
4.3.2 Fatores potencializadores para o surgimento da violência doméstica	58
4.3.3 Ajuda no trabalho	64
4.3.4 Trabalho como válvula de escape	68
4.3.5 Pedido de ajuda para o CEOM Zuzu Angel como estratégia diante da violência doméstica	70
V CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
VI REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	76
APÊNDICE A Roteiro de entrevista para as mulheres atendidas no CEOM Zuzu Angel.....	83
APÊNDICE B Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para as usuárias	84
APÊNDICE C Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para os profissionais.....	89
ANEXO	94

INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é um fator alarmante pelo mundo. Encontra-se presente em praticamente todos os países, independente de suas culturas, etnias e costumes. De acordo com dados da Organização das Nações Unidas (ONU), cerca de 70% das mulheres no mundo já sofreram algum modelo de violência¹. No Brasil não é diferente: a violência contra a mulher é uma realidade entre a população. Uma pesquisa de opinião realizada pelo Data Popular e Instituto Patrícia Galvão, no início de 2013, revela que a agressão contra mulheres é percebida como um dos crimes mais recorrentes no país. Além disso, esta mesma pesquisa mostra que 70% dos que foram entrevistados acham que as mulheres sofrem mais violência em ambiente doméstico, sendo a maioria das agressões praticadas pelos companheiros². A própria Lei Maria da Penha considera a violência doméstica e familiar como algo recorrente no Brasil. É considerado um problema de saúde pública e uma violação dos direitos humanos. De acordo com Minayo, Gomes e da Silva, é estimado que esse problema cause mais mortes do que certas doenças como o câncer ou a malária, e situações como guerras ou acidentes de trânsito (Minayo, et al, 2005). A partir destas constatações nota-se a relevância deste tema, e suas possíveis consequências na vida de diversas mulheres, aumentando meu interesse em analisá-lo.

O meu primeiro contato com esse tema, enquanto objeto de pesquisa, se deu na realização de minha monografia da faculdade, onde foi tratado o tema da violência doméstica e como esse conceito é construído em um Centro de Referência de Atendimento à Mulher, que é um dos serviços existentes no país de enfrentamento a esta forma de violência. Neste trabalho, o Centro de Referência observado foi o Centro Especial de Orientação à Mulher Zuzu Angel (CEOM Zuzu Angel), localizado no município de São Gonçalo, no bairro de Neves. Através de uma pesquisadora da época do meu estágio pela Fundação Oswaldo Cruz, que conhecia a coordenadora do CEOM Zuzu Angel, consegui me comunicar com a instituição, e rapidamente me agendaram

¹ Matéria da ONU sobre a situação da violência contra a mulher pelo mundo. Disponível em: <http://www.onu.org.br/unase/sobre/situacao/> (Acessado em 6 de novembro de 2015).

² Pesquisa de opinião realizada pelo Instituto Patrícia Galvão e Data Popular no mês de maio de 2013, em 100 municípios, e com pessoas maiores de 18 anos. Disponível em pdf: http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2013/livro_pesquisa_violencia.pdf/view (Acessado em 9 de novembro de 2015).

uma entrevista com profissionais do local. Nesta instituição, analisei o seu funcionamento e entrevistei alguns profissionais e usuárias (mulheres que estavam sendo atendidas no local), observei a relação existente entre eles, além do principal objetivo do trabalho, que foi analisar como esse local classifica como agressores/agressoras os companheiros, e mulheres em situação de violência doméstica. Realizado este trabalho, surgiram novos questionamentos em torno de como as mulheres que passam ou passaram pela situação de violência doméstica lidam com as esferas de sua vida, principalmente com seus trabalhos. Entender se existem relações entre a violência doméstica praticada pelo parceiro ou ex- parceiro e o trabalho dessas mulheres agredidas, e se esta forma de violência pode afetar a vida laboral dessas mulheres tornou-se uma indagação que me motivou a pesquisar sobre o assunto. E vi no mestrado a chave para buscar e observar estes questionamentos, que não puderam ser contemplados em um trabalho de graduação. A fala das mulheres que se encontram ou se encontraram nesta situação é que pôde fornecer os principais resultados para minha pesquisa. Para isso, planejei buscar essas falas em um dos Centros de Referência que atendem esta demanda. Observei estes questionamentos no mesmo local onde realizei trabalho de campo na época da graduação, que foi o CEOM Zuzu Angel. Por já conhecer alguns profissionais que lá trabalham, não tive dificuldades em penetrar na instituição.

De acordo com Swanberg, Logan e Macke (2005), existem algumas consequências que a violência doméstica pode causar no trabalho das mulheres, como absenteísmo ou até mesmo perda de produtividade. Muitas precisam modificar toda sua rotina devido a violência que sofrem, deixando até seus empregos com medo de que lhes aconteça algo. As possíveis relações entre violência doméstica e trabalho, e se essa forma de violência afeta o trabalho são pontos ainda pouco investigados, principalmente em nosso país, e precisam de melhor observação, pois podem afetar a vida de muitas mulheres que se encontram nessa situação. Por isso a relevância desta pesquisa para contribuir com essa temática.

Para adentrarmos nesse recorte, é necessário uma análise das categorias aqui abordadas para entendermos como as mulheres estão situadas em nossa sociedade Ocidental. Em um primeiro momento serão comentadas algumas contribuições teóricas em torno da construção do conceito de violência contra a mulher e seus modelos. Em seguida, será abordado um breve panorama inserção da mulher no mundo do trabalho, principalmente a partir da segunda metade do século XX, discutindo as suas possíveis

relações com a violência doméstica; além da apresentação das principais políticas públicas e serviços existentes no país para atender as mulheres em situação de violência, a fim de entender os principais objetivos e o funcionamento do Centro de Referência analisado neste estudo.

I FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 Conceito de violência contra a mulher sob uma perspectiva de gênero

De acordo com a Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres, proposta pela Assembleia Geral das Nações Unidas sobre Direitos Humanos, realizada em Viena em 1993, a violência contra a mulher é uma manifestação das relações de poder historicamente desiguais entre homens e mulheres, o que acabou conduzindo à discriminação e à dominação das mulheres pelos homens.

Segundo o artigo 1º desta Declaração, a violência contra as mulheres:

“significa qualquer acto de violência baseado no género do qual resulte, ou possa resultar, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico para as mulheres, incluindo as ameaças de tais actos, a coacção ou a privação arbitrária de liberdade, que ocorra, quer na vida pública, quer na vida privada.”

(Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres, 1993)

A partir da apresentação de parte deste documento para se abrir a discussão, percebe-se que a construção do conceito de violência contra a mulher poderá ser melhor compreendida a partir de uma perspectiva de gênero, que analisa como as relações sociais de sexo se estabelecem e se constroem ao longo do tempo em nossa sociedade (Dantas-Berger, S; Giffin, K, 2005).

A questão de gênero permeia todo o debate acerca da violência contra a mulher. Sua definição é abordada por Joan Scott (1989) como:

“O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único”
(SCOTT, 1989, p.21).

O gênero diz respeito a uma hierarquia social que posiciona homens e mulheres em determinada maneira de organização social, valorizando-os diferencialmente; ele qualifica o mundo e suas partes; não está simplesmente nos corpos, e sim além destes (Carrara, 2009).

Por isso, é importante entender que a violência contra a mulher encontra-se dentro da esfera da violência de gênero (Minayo et al, 2005). Essas terminologias são distintas, no momento em que a violência de gênero abarca não só relações homem-mulher, mas também mulher-mulher e homem-homem; ela pode ser também perpetrada por um homem contra outro, ou por uma mulher contra outra. Esta forma de violência não afetaria somente mulheres: ambos os gêneros são afetados (Pasinato, 2011).

Analisando nossa sociedade e as mudanças de papéis que ocorrem ao longo do tempo, as relações de poder não são estáticas, onde a dominação só seria realizada pelo homem sobre a mulher: o poder pode ser encontrado em diferentes arranjos sociais. Por isso, a violência de gênero é aqui compreendida como uma situação que pode ser contra não somente a mulheres, como também a homens, ainda que de forma desigual.

1.2 A assimetria feminino e masculino: uma construção social

Historicamente, nota-se a existência de uma polaridade entre o feminino e o masculino. De acordo com estudiosos como Daniel Welzer-Lang (2001) e Sérgio Carrara (2009), a justificativa para tal diferença era primeiramente a biológica, onde o organismo do homem, principalmente seu órgão reprodutivo, é distinto do da mulher (Welzer-Lang, 2001; Carrara, 2009).

Essa legitimação da diferenciação mostra-se presente em diversas culturas, em épocas e espaços distintos. Em documentos sobre a Antiguidade, na Grécia, mitos afirmavam que, *“devido à curiosidade própria de seu sexo, Pandora tinha aberto a caixa de todos os males do mundo e, em consequência, as mulheres eram responsáveis por haver desencadeado todo tipo de desgraça”* (PULEO, 2004, p. 13).

Muitas religiões também serviam como um pilar para legitimar a diferença entre os sexos. O Cristianismo, por exemplo, colocava a mulher como pecadora e culpada da expulsão do homem, representado por Adão, do paraíso, e por isso ela precisava ser obediente e submissa ao homem para que não houvessem mais infortúnios (Puleo, 2004). Com estas passagens, percebe-se que em várias sociedades e culturas têm-se diversos campos e áreas que buscam justificar a distinção entre o homem e a mulher,

levando assim a uma construção social que aplica diferentes papéis para o feminino e o masculino.

A Ciência hegemônica, considerada garantia de credibilidade e legitimidade, entre os séculos XVIII e XIX, tinha todo um esforço de justificar a diferença entre homens e mulheres. Além do órgão reprodutivo, muitos médicos e cientistas afirmavam que o cérebro feminino era menor do que o masculino. Essa diferença biológica justificaria os papéis que cada sexo deveria desempenhar na sociedade. Logo, a diferença entre os gêneros masculino e feminino estava vinculada ao sexo, e era tratada como algo natural devido a diversas “comprovações”, biológicas principalmente. E com essa naturalização do gênero vieram outras justificativas para legitimar a hegemonia ou dominação masculina. A sociedade era organizada de forma que o sexo é que definia o gênero. E só dois modelos eram aceitáveis, que eram o gênero feminino, e o masculino, onde este se apresentava dominante. Assim como tinham as justificativas para diferenciar feminino e masculino, haviam justificativas para alegar que o homem era superior a mulher. Eram várias as características e binômios para distinguir feminino e masculino, como: o homem é mais resistente fisicamente do que a mulher, e por isso é mais forte; o homem é ativo e a mulher, passiva; a mulher, que por natureza gera filhos está mais ligada a emoção e a subjetividade, enquanto o homem está vinculado a razão e a objetividade, tendo que tomar decisões pelas mulheres; estas estariam mais ligadas ao ambiente doméstico/ privado, enquanto o homem está ligado ao espaço público, sendo o provedor da família e tendo autonomia, e a mulher, heteronomia. A sociedade girava em torno do gênero masculino (Carrara, 2009).

Até o século XX, a crença de que o homem era o sujeito, e a mulher, o Outro, o objeto, era forte e significativa (Carrara, 2009). Os estudos científicos, reproduzidos por uma Ciência hegemônica e androcêntrica, tinham a preocupação em abordar a questão da mulher em relação ao seu corpo, enquanto mulher reprodutora, tendo como conceito de saudável o dever da mulher de cuidar do seu corpo para ter a capacidade de gerar filhos. No campo da saúde, onde o sistema médico é visto como o detentor do saber legítimo e da verdade, as mulheres aparecem “desconhecendo” seus próprios corpos, que precisam de cuidados apenas daquele que possui o saber, no caso a equipe médica. Logo, esses corpos precisavam ser controlados e vigiados por quem tinha o “conhecimento”, enquadrando a mulher mais uma vez no papel de objeto (Giffin, 1995).

Conforme infere Welzer-Lang (2001), existia e ainda existe uma pressão da sociedade chamada patriarcal; do homem, onde este precisa se diferenciar do Outro; do

feminino. O autor comenta sobre toda uma postura e comportamento que o homem precisa seguir para não ser igualado ao gênero feminino. A virilidade, a coragem, o não ser afeminado, ser ativo e dominante são comportamentos que o homem “normal” deve produzir; homens que não se enquadrassem nessa normatividade eram considerados membros do Outro grupo, o grupo dos dominados, que eram pessoas consideradas fracas e que não são classificadas como homens normais, como mulheres e crianças; logo, esses homens que não seguiam a ordem normal da natureza eram estigmatizados (Welzer-Lang, 2001).

“O duplo paradigma naturalista que define, por um lado, a superioridade masculina sobre as mulheres e, por outro lado, normatiza o que deve ser a sexualidade masculina produz uma norma política androheterocentrada e homofóbica que nos diz o que deve ser o verdadeiro homem, o homem normal”
(WELZER-LANG, 2001, p. 468).

A naturalização da dominação masculina acaba dividindo homens e mulheres em grupos hierárquicos, oferecendo privilégios e vantagens aos homens à custa das mulheres; o que é desvantagem para o feminino, é vantagem para o masculino. A partir disso, pode-se perceber que essa assimetria feminino e masculino se encontra em uma construção social que visa a manter um paradigma da diferença e da dominação masculina.

É importante aqui citar sobre a distinção entre sexo e gênero, que se encontra a todo o momento nesta discussão. É preciso questionar se o sexo, assim como o gênero, é algo construído e não natural. Judith Butler (2003) comenta sobre essa questão e expõe que as relações de poder asseguram a noção de sexo como algo pré-construído para se manter no poder. O mesmo pode-se dizer em relação à questão do gênero: a autora fala da existência de uma linguagem hegemônica que visa a manter um discurso limitado da análise discursiva do gênero com a intenção de permanecer em suas posições sociais e culturais, tentando impedir e limitar uma dialética que gira em torno do respeito e da valorização do feminino (Butler, 2003, p. 15).

A partir dessas observações, é importante citar que gênero e poder estão inter-relacionados, afetando as várias esferas de uma sociedade: social, política, econômica e cultural. O gênero é uma categoria relacional, interage com várias dimensões como

classe social, raça/etnia, entre outras. Essa interação sempre acontece em um determinado contexto histórico. E a construção da inferioridade da mulher em relação ao homem atravessa todas essas dimensões existentes (Saffioti, 1987).

O poder, neste sentido, acaba sendo definido como uma correlação de forças, que encontra-se entranhado em todas as esferas da sociedade; é algo capilar (Foucault, 1999).

“que o poder não é algo que se adquire, arrebate ou compartilhe, algo que se guarde ou deixe escapar; o poder se exerce a partir de números pontos e em meio a relações desiguais e móveis; que as relações de poder não reencontram em posição de exterioridade com respeito a outros tipos de relações (processos econômicos, relações de conhecimentos, relações sexuais), mas lhe são imanentes; são os efeitos imediatos das partilhas, desigualdades e desequilíbrio que se produzem nas mesmas e, reciprocamente, são as condições internas destas diferenciações” (FOUCAULT, 1999, p.89).

Sendo um dos símbolos que representa a legitimação da diferenciação entre homens e mulheres ao longo do tempo, o corpo feminino sempre foi alvo de represália e controle social, tendo que se adaptar e ser “educado” a comportamentos que eram atribuídos ao papel de ser mulher. A forma de se vestir, de se comportar, de andar, eram e ainda são aprendizagens de uma educação que se encontra em harmonia com o sistema dominante que coloca os homens como superiores. E é através do “adestramento dos corpos” que se colocam as disposições desse sistema de dominação, onde estes corpos ficam mais aptos e inclinados a reproduzir o que se considera como algo natural dos gêneros. Logo, o poder que atua sobre os corpos não é uma coação física; é algo invisível, que age sem ser notado devido a familiaridade que se tem com um mundo que é estruturado sob as vias de uma dominação masculina, produzindo uma violência simbólica sofrida pelas mulheres, violência essa que se manifesta de forma sutil nas relações sociais entre os gêneros, resultado do sistema de dominação existente (Bourdieu, 2014).

Não há uma cronologia exata da origem de construções sociais que colocam a mulher em posição desigual ao homem. Entretanto, essas construções são existentes e a

naturalização que é construída e reproduzida leva a ações que tentam ser justificadas por muitos pela divisão de papéis entre os gêneros, como a violência.

1.3 Contribuições existentes no Brasil na busca pela construção do conceito de violência contra a mulher

Existem várias contribuições teóricas produzidas no Brasil para compreender o conceito de violência contra a mulher. De acordo com Cecília Santos e Wânia Pasinato (2005), das principais referências, existiriam três correntes teóricas que tentam desenvolver e explicar o conceito: a primeira, denominada por elas como “dominação masculina”, define a violência contra a mulher como expressão de dominação da mulher pelo homem, onde a mulher acaba perdendo sua autonomia, é vista como vítima, e também cúmplice dessa dominação masculina por estar reproduzindo o discurso masculino. A mulher, o “ser dominado”, é retratada aqui como objeto da ação violenta, e não como sujeito, o qual se torna dependente, passiva e silenciada. Uma autora que se enquadraria nessa corrente, segundo Santos e Pasinato, é Marilena Chauí (1985), que abordou o conceito de violência contra a mulher nessa ideia de dominação masculina (Chauí, 1985).

A segunda corrente seria a “dominação patriarcal”, que tem influência das perspectivas feministas e marxistas, compreendendo a violência como expressão do patriarcado, que vincula a dominação masculina ao sistema capitalista, em que o homem é socializado para dominar a mulher e esta a se submeter a ele; o patriarcado não é somente um sistema de dominação, é também um sistema de exploração, afetando, por exemplo, o campo econômico. A socióloga Heleieth Saffioti (1987) é que introduziu essa perspectiva no Brasil, segundo as autoras. De acordo com Saffioti, a mulher acaba sendo vitimada pelo controle social masculino (Saffioti, 1987).

E a terceira corrente é chamada por Pasinato e Santos de “relacional”, onde se *“relativiza as noções de dominação masculina e vitimização feminina, concebendo a violência como uma forma de comunicação e um jogo do qual a mulher não é vítima senão cúmplice”* (Santos, Pasinato, 2005, p. 2). A obra “Cenas e Queixas”, de Maria Filomena Gregori (1993) representa essa corrente. Esta autora avalia que a mulher tem autonomia e participa de maneira ativa na relação violenta. Logo, ela não seria vítima da dominação masculina. A violência, principalmente a conjugal, é considerada aqui como

um jogo relacional; uma forma de comunicação que confere significado às práticas dos homens e das mulheres. Com isso, a mulher também seria cúmplice porque quando denuncia o companheiro, se representa como “vítima”, ou melhor, “não sujeito” através das queixas. Porém, Gregori também destaca que o medo da violência pode alimentar a cumplicidade dessa mulher, que sofre danos diretamente. Acaba se tornando uma questão paradoxal, pois a mulher “*vai se aprisionando ao criar sua própria vitimização*” (Gregori, 1993, p. 134).

As pesquisas sobre violência contra a mulher, que aumentaram principalmente no início dos anos 80, colaboram de forma relevante para mudanças políticas e sociais no país. Auxiliam na forma como se desenvolve o conceito de violência a fim de que sejam concretizadas práticas para a sua redução. A maioria das pesquisas na década de 80 sobre esse tema retrata o conceito de violência contra a mulher como expressão do patriarcado, assumindo uma posição da mulher como vítima da agressão. E a relativização do binômio dominação-vitimização, trazida por Gregori (1993), acaba trazendo ao país, no início dos anos 90, um debate acerca de uma melhor compreensão sobre o conceito de violência contra a mulher (Santos, Pasinato, 2005).

A partir disso, muitas organizações, inclusive feministas, passam a usar a expressão “mulheres em situação de violência” ao invés de “mulheres vítimas de violência”. É notável que a categoria de vitimização da mulher possa ter contribuído para dar maior visibilidade a esse tema que não possui uma cronologia exata de sua existência. Entretanto, é preciso que haja uma melhor compreensão dos papéis exercidos entre homens e mulheres. E é através do contexto social, cultural e econômico em que vivem os atores que se pode observar a situação existente.

As contribuições teóricas mais recentes têm analisado e mostrado que a mulher não é mera vítima da situação. “*Ao denunciar a violência conjugal, ela tanto resiste quanto perpetua os papéis sociais que muitas vezes a colocam em posição de vítima*” (Santos, Pasinato, 2005, p.10). Entretanto, é necessário observar primeiro todo o contexto no qual a violência ocorre antes de apontar se a mulher possa ser cúmplice da sua própria vitimização. O sentido das queixas dessas mulheres varia dependendo do contexto em que estão inseridas, e também é preciso levar em conta a história de vida dessas mulheres. É necessário analisar e observar que cada uma possui sua construção cultural e social (Santos, Pasinato, 2005).

A partir dessas observações, nota-se que o conceito de violência contra a mulher se desenvolve e se constrói mais densamente ao longo do tempo. As contribuições e

pesquisas só auxiliam nesse melhor entendimento do tema e abrem possibilidades para novas discussões e análises.

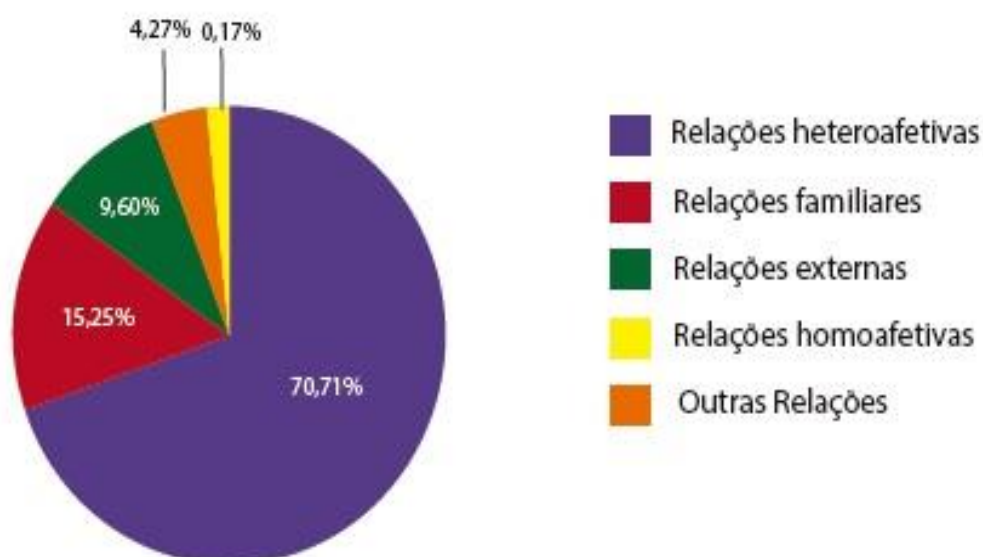
1.4 Modelos de violência contra a mulher

São classificadas diferentes formas de violência contra a mulher. É importante distingui-las para os termos não serem confundidos, como acontece muito. A partir da classificação desses modelos poderá se obter uma melhor visualização das questões e situações existentes em relação a esse tema.

1.4.1 Violência entre parceiros íntimos

A violência contra a mulher pode ocorrer nas relações entre casais, quer sejam cônjuges, companheiros, namorados e amantes. De acordo com a Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180), esta violência é mais praticada pelos parceiros.

Gráfico 1: Relação vítima e agressor - 1º semestre de 2015



Fonte: Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180/SPM

Segundo o balanço do 1º semestre de 2015 da Central de Atendimento à Mulher, fornecido pelo portal virtual da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), das ocorrências de violência relatadas durante esse período, que foram de 32.248 relatos, 70,71% dos casos as violências foram cometidas por homens que têm ou tiveram algum vínculo afetivo, como atuais e ex-cônjuges, parceiros, amantes ou namorados das agredidas. E cerca de 25% dos 32.248 relatos referiram familiares, vizinhos, amigos ou conhecidos como autores/as da violência.³

As construções sociais existentes que atribuem papéis a homens e mulheres em nossa sociedade, onde vimos que os homens acabam sendo privilegiados, podem propiciar a violência como tentativa de impor a vontade do dominante.

Devido aos papéis que homens e mulheres desempenham sejam ainda naturalizados, infelizmente há uma tendência de banalizar a violência contra a mulher, enquadrando-a como conflito de casal, onde somente as partes devem se resolver, por ser considerada uma situação pessoal.

A situação é mais grave quando colocamos essa questão em âmbito particular, pois acabamos desqualificando as agredidas e ignorando as consequências que a violência pode trazer, tanto físicas quanto psicológicas, podendo ir até mesmo ao seu extremo, com a morte dessa mulher (Leal, 2015).

Entender a violência contra a mulher como um problema de saúde pública é colocar essa questão como um problema grave, que deve ser levado além das paredes de casa, entendendo que a agressão não pode ser uma alternativa para resolver conflitos entre casais.

1.4.2 Violência familiar

A violência familiar pode ocorrer tanto no interior do domicílio ou fora dele, embora aconteça mais no primeiro caso. Envolve indivíduos que são de uma mesma família, unidos por consanguinidade, por vontade expressa, ou por afinidade (BRASIL, 2006).

As agressões que a mulher sofre em âmbito familiar pode afetar outros membros da família, como seus filhos. Problemas de adaptação social e transtornos mentais podem

³ Disponível em pdf: <http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/ligue-180-central-de-atendimento-a-mulher/balanco1sem2015-versao-final.pdf> (Acessado em 12 de dezembro de 2015)

ser consequências de exposições dos filhos a um ambiente de violência (Miranda, de Paula, Bordin, 2010).

1.4.3 Violência doméstica

A violência doméstica, modelo que foi analisado durante a pesquisa de campo no Centro Especial de Orientação à Mulher Zuzu Angel, em São Gonçalo, tem alguns pontos em comum com a violência familiar, se diferenciando pelo fato que pode atingir pessoas que não pertencem à família e podem viver parcial ou integralmente no domicílio do agressor, como é o exemplo de empregados domésticos (BRASIL, 2006). A violência conjugal, que é praticada pelo cônjuge ou companheiro da vítima, também pode ocorrer no interior do domicílio.

1.4.4 Formas de violência que são encontradas em âmbito doméstico e familiar

A Lei 11.340, de agosto de 2006, intitulada Lei Maria da Penha, considera formas de violência doméstica e familiar contra a mulher:

- **violência física**, que é representada por qualquer ação que prejudique a saúde ou o corpo da mulher. É praticada com o uso da força física pelo autor da agressão, que pode machucar de diversas maneiras ou ainda com o uso de armas;
- **violência moral**, quando a mulher é caluniada ou difamada por algo que ela não cometeu. Este tipo de violência pode ocorrer em vários locais, inclusive pela *Internet*;
- **violência psicológica**, que resulta de qualquer ato que coloque em risco o desenvolvimento psicoemocional da mulher, sua autoestima e o seu direito de ser respeitada. Vigilância constante, ameaças, chantagens, insultos, limitação ou supressão do direito de ir e vir são algumas das características dessa forma de violência;
- **violência sexual**, que seria qualquer ação cometida para obrigar a mulher a ter, manter relações ou presenciar práticas sexuais contra a sua vontade. Acontece também quando a mulher é obrigada ou induzida a se prostituir, a realizar

aborto, a não utilizar métodos contraceptivos. Essas e outras situações podem ocorrer com o uso da força física, psicológica, através de intimidação, ameaça, chantagem, entre outras situações que limite ou anule seus direitos reprodutivos e sexuais;

- **violência patrimonial**, que ocorre quando o autor da agressão destrói ou se apropria de objetos pessoais, documentos, bens, instrumentos de trabalho ou recursos econômicos, entre outras características que sejam da mulher (BRASIL, 2006).

As formas de violência contra as mulheres encontram-se interligadas e presentes pelo mundo, e no Brasil não é diferente. Uma pesquisa de opinião pública (2010) feita no Brasil pela Fundação Perseu Abramo em parceria com o Serviço Social do Comércio (SESC) mostra a porcentagem de mulheres que sofreram algum modelo de violência no ano da pesquisa, além de comparar em algumas categorias com o ano que havia sido realizada a última pesquisa neste tema (2001). A pesquisa de opinião (2010) foi realizada em 25 Unidades Federativas, sendo distribuídas em 176 municípios na amostra feminina e 104 municípios na amostra masculina. Foram entrevistadas 2.365 mulheres e 1.181 homens. A figura a seguir mostra que a violência física e o controle da mulher possuem maior ocorrência do que os outros modelos de violência⁴:

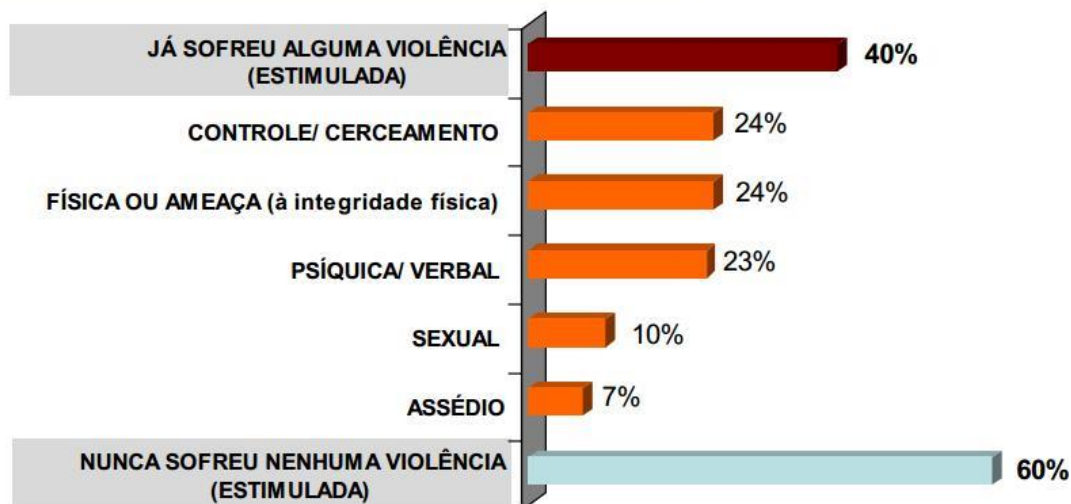
⁴ Pesquisa de opinião realizada pela Fundação Perseu Abramo e SESC. Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado. Agosto de 2010. Disponível em pdf: http://www.apublica.org/wp-content/uploads/2013/03/www.fpa.org.br_sites_default_files_pesquisaintegra.pdf (Acessado em 14 de dezembro de 2015).

Figura 1: Modelos de violências sofridas por mulheres (2010)

VIOLÊNCIAS SOFRIDAS [estimuladas] – síntese por modalidade
[estimulada e múltipla, em %]

Base: Total da Amostra

SÍNTESE DAS VIOLÊNCIAS SOFRIDAS POR MULHERES



Fonte: Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado. Fundação Perseu Abramo em parceria com o SESC

Como o trabalho de campo deste estudo encontra-se no município de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro, é relevante observar as principais formas de violência encontradas neste Estado. O relatório intitulado “Dossiê Mulher” analisa os principais modelos de violência contra a mulher no Estado do Rio de Janeiro. O Dossiê Mulher de 2015, o mais recente, apresenta informações do ano de 2014 com base nas ocorrências registradas nas delegacias policiais fluminenses. A violência física e sexual aparece com o maior percentual de mulheres em situação de violência⁵:

⁵ O Dossiê Mulher é iniciativa do Instituto de Segurança Pública, que visa contribuir para maior visibilidade da violência contra a mulher. Este relatório é realizado anualmente. Dossiê Mulher 2015- (Ano base 2014) - Disponível em: http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/uploads/DossieMulher2015.pdf (Acessado em 11 de janeiro de 2016).

Figura 2: Dados sobre a Violência contra a Mulher no Estado do Rio de Janeiro Segundo Formas de Violência e Delitos Analisados - 2014

<i>Formas de Violência</i>	<i>Delitos</i>	<i>Total de Vítimas</i>	<i>Vítimas Mulheres</i>	<i>% de Vítimas Mulheres</i>
Violência Física	Homicídio Doloso	4.942	420	8,5%
	Tentativa de Homicídio	6.366	781	12,3%
	Lesão Corporal Dolosa	87.561	56.031	64,0%
Violência Sexual	Estupro	5.676	4.725	83,2%
	Tentativa de Estupro	642	586	91,3%
Violência Patrimonial	Dano	7.235	3.607	49,9%
	Violação de Domicílio	4.571	3.051	66,7%
	Supressão de documento	1.140	661	58,0%
Violência Moral	Calúnia/ Difamação/ Injúria	56.410	41.509	73,6%
Violência Psicológica	Ameaça	87.399	57.258	65,5%
	Constrangimento Ilegal	1.354	799	59,0%

Fonte: Dossiê Mulher 2015

Os dados das figuras estão relacionados a população de entrevistados, no caso da figura 1, e com base nas ocorrências registradas em delegacias policiais do Estado do Rio de Janeiro, na figura 2, ambos em um determinado período. Infelizmente muitos casos de violência contra a mulher acabam não sendo registrados, dificultando muitas vezes uma visão mais aproximada do número de ocorrências, gerando um obstáculo para a promoção de políticas públicas para enfrentar as formas de violência que atingem as mulheres (Pasinato, 2011). Entretanto, essas pesquisas auxiliam na verificação de que os casos de violência contra a mulher ainda encontram-se presentes em nossa realidade brasileira.

1.4.5 Um dilema: denunciar ou não denunciar?

Muitas mulheres em situação de violência possuem uma conduta ambígua em relação aos seus companheiros. Em um momento, elas desejam denunciar as agressões provocadas por seus parceiros; porém, algumas retiram ou acabam não realizando a queixa. E existem vários motivos para algumas dessas mulheres não realizarem ou retirarem a queixa e permanecerem com seus relacionamentos, como a dependência

financeira ou emocional; por causa dos filhos, que poderiam sofrer com a separação, o medo de ser morta pelo marido; o receio de algo ruim acontecer aos filhos; a pressão externa da família ou religião em preservar a família, entre outras situações. Porém, por mais que haja essa ambigüidade de mulheres agredidas, algumas denunciam seus companheiros. Seus motivos para esse ato podem ser variados. Muitas vezes porque não suportam mais a situação ou a relação chegou a um ponto irreversível (Saffioti, 1999).

Existem vários meios para realizar a denúncia de alguma forma de agressão. Essa denúncia pode partir da busca pelos seus direitos, e na procura por instituições que ofereçam serviços que tratem dessas questões em relação a violência contra a mulher.

1.5 Mulheres trabalhadoras e a divisão sexual do trabalho

O papel das mulheres nos processos de trabalho sempre foi presente em qualquer momento histórico. Em diversas culturas e sociedades é observada a existência de uma divisão sexual do trabalho. A autora Kergoat (2009) explicita este conceito, que é associado a uma forma de divisão do trabalho derivado das relações sociais de sexo⁶, onde cada sociedade vive essas relações de forma singular. Esse conceito tem como principais atributos a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva, dando aos homens funções de maior valor social. Seus princípios são colocados pela autora como dois: o da separação entre o que é trabalho para ser feito por homens e por mulheres; e o da hierarquização, onde o trabalho realizado por um homem tem mais valor do que o da mulher. Esses princípios podem ocorrer em uma sociedade devido a legitimação de uma ideologia naturalista na qual foi abordada anteriormente onde, a partir do sexo biológico, atribui papéis diferenciados a homens e mulheres. É importante citar que a divisão sexual do trabalho não é algo rígido e que não mude. Seus princípios continuam os mesmos, porém suas modalidades se transformam, e este conceito não deve ser pensado apenas em relação a divisão de tarefas, e sim muito além disso, onde envolve desigualdade e exploração entre os grupos sociais (Kergoat, 2009). Logo, a divisão sexual do trabalho é formada por relações de poder, e nos mostra o quanto as relações de gênero estão presentes no mundo do

⁶ Essas relações específicas, segundo a autora, envolvem dois grupos sociais: o de homens e o de mulheres.

trabalho (Brito, 2005). Algumas tarefas eram e ainda são consideradas mais adequadas de uma mulher realizar do que um homem.

Com o passar do tempo, principalmente durante a segunda metade do século XX, houve uma maior inclusão das mulheres no mercado formal e informal de trabalho. É evidente que o sistema capitalista existente muito auxiliou nessa entrada das mulheres no mercado, pois sempre teve o desejo de absorver força de trabalho, não importava se era homem, mulher ou criança. Com a globalização, onde se tem a reorganização internacional do capital, que traz a flexibilização do trabalho e a precarização do emprego, com novas formas de contratação e desregulamentação, que surgiram principalmente durante a década de 70, a vulnerabilidade e exploração do trabalho feminino aumentaram, onde muitas ocupações de trabalhadores homens melhor remunerados e dificilmente demitíveis foram sendo substituídos pelo trabalho feminino mal pago em tempo parcial (Harvey, 1994; Hirata, 2002).

A presença dessa reestruturação produtiva diante da reorganização do capital, juntamente com políticas neoliberais, afetou as relações de gênero que estavam estabelecidas. Ocorreu uma transição de gênero, onde os homens, que antes eram provedores e garantiam a renda da família, precisaram se adaptar e viver o desemprego ou trabalhos com salários inadequados para manter economicamente suas famílias, e as mulheres, não somente ajudam na renda da casa, como também se responsabilizam pela provisão da renda, mudando assim, papéis que antes eram distribuídos diferencialmente entre homens e mulheres. A desestruturação do provedor masculino acaba trazendo a sensação de fracasso, levando muitos homens a atribuírem comportamentos de violência, pânico e fuga por não terem se adaptado as mudanças. Essa atualização ideológica dos gêneros, que coloca a mulher como independente, que trabalha fora e tem seu próprio dinheiro, na verdade acaba ocultando o que está por trás disso, que é o aprofundamento das desigualdades de gênero e classe social, com o agravamento da dupla jornada e da exploração de mulheres (Giffin, 2002; Dantas-Berger, Giffin, 2005).

Entre as mulheres, surge um processo de bipolarização onde, de um lado, tem-se profissionais qualificadas com bons salários em relação a força de trabalho feminina⁷, e de outro, trabalhadoras consideradas de baixa qualificação, com salários baixos e sem valorização ou reconhecimento profissional e social. O trabalho doméstico é ainda hoje um exemplo dessa desvalorização, principalmente social. Muitas dessas mulheres do

⁷ É evidente que esse grupo de mulheres qualificadas também vivencia os problemas de desigualdades em relação aos homens da sua classe.

primeiro pólo se beneficiam da oferta existente de trabalhadoras domésticas para cuidar de suas casas e assim conseguir sair da esfera doméstica, no intuito de garantir suas vantagens enquanto classe e poder ascender profissionalmente (Hirata, 2002).

A precarização do trabalho, segundo Jussara Brito, está associada a pobreza, que vem aumentando cada vez mais pelo mundo. E a maioria dessa população que vive em completa condição de pobreza são mulheres (Brito, 2000). A reestruturação produtiva tira uma grande vantagem das fracas regulamentações do trabalho e dos baixos salários em alguns países, principalmente os periféricos, e tem como sua opção preferida a força de trabalho das mulheres. O sistema capitalista, que sofreu transformações e adaptações para se manter em todas as esferas, se apropriou bem das desigualdades de gênero e as aprofundou, aumentando mais as distinções entre os grupos não só de gênero, como também de classe social e cultural.

Este tópico tem sua importância por exibir um breve panorama de como as mulheres se situam dentro desse contexto de globalização e reestruturação produtiva que ainda vivemos, e observar como esse processo afeta a vida dessas mulheres irá auxiliar no entendimento de sua relação com as vivências de violência doméstica que muitas dessas mulheres passam.

1.6 Principais políticas públicas para o enfrentamento da violência contra a mulher no Brasil

Embora em nossa sociedade as relações de poder ainda sejam presentes entre homens e mulheres, muito foi feito para que houvesse mudanças em torno da questão feminina que era estabelecida. As lutas feministas são um exemplo disso. Elas têm um papel fundamental na tentativa de mudança da situação da mulher na sociedade brasileira. Várias organizações e movimentos feministas eclodiram pelo mundo no século XX, e no Brasil não foi diferente. A luta por igualdade de gênero e maior visibilidade da condição feminina ganhou destaque principalmente na década de 80, com um número maior de contribuições teóricas que exibiam a situação feminina em diversas questões, como o tema da violência, tendo também a categoria trabalho como uma das discussões em pauta. A rejeição pela naturalização que colocava a mulher restrita na esfera familiar e tinha como destino biológico o de reproduzir era uma das principais características de muitos movimentos feministas (Giffin, 2002). Por conta das

lutas e brechas que movimentos feministas viam para seguir com suas metas, várias ações e políticas públicas em torno do gênero feminino começaram a ser redefinidas em torno de outros temas nos quais a mulher encontra-se presente. A Constituição Federal de 1988 trouxe para as mulheres uma vitória em relação as suas lutas pela igualdade de gênero, como afirma o inciso I do artigo 5º:

“Art. 5º:

I- homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição...”(CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988)

As lutas feministas auxiliaram em analisar a mulher integralmente, produzindo informações sobre sua saúde, gênero, educação sexual, para o fortalecimento da autoestima e a possibilidade das mulheres se tornarem sujeitos tanto no cuidado com a sua saúde como na busca pelos seus direitos em vários campos, observando-a como uma pessoa dotada de desejos, perspectivas, e muitas vezes envolvidas com questões que podem lhe gerar alguma forma de perigo, como a violência.

1.6.1 Direitos Humanos e a violência contra a mulher

O debate sobre os direitos da mulher aumenta gradativamente durante o século XX. Essas questões começam a ser colocadas já na própria Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, que estimula e promove o respeito aos direitos humanos, sem distinção de classe, raça, etnia, religião, sexo ou língua (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948). O Brasil está entre os países que assinaram esta Declaração.

Ainda internacionalmente, o país encontra-se presente na Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), de 1979, sendo ratificada no Brasil em 1984, que enfatiza a necessidade dos Estados de adotarem medidas de enfrentamento da discriminação existente contra a mulher para que houvesse a igualdade entre homens e mulheres (Santo, 2006; Mateus, 2010). Esses tratados e convenções foram apenas o início de toda uma discussão e formulação de outros documentos que falassem sobre questões mais específicas em relação a mulher, como a violência.

Relacionado a violência contra a mulher, é adotada em 1993 a Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres. Este documento foi proposto pela Assembléia Geral da Conferência das Nações Unidas sobre Direitos Humanos, em Viena, e reconheceu formalmente a violência contra as mulheres como uma violação aos direitos humanos. Esta declaração afirma que a violência contra a mulher degrada os direitos humanos da mulher em seus principais aspectos de liberdade (Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres, 1993).

A Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, proposta pela Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres, em Pequim em 1995, é também um documento que reforça internacionalmente os direitos humanos das mulheres, que é concebido como algo indivisível, inalienável e integral. Logo, não dá para se pensar nos direitos das mulheres sem integrá-los aos direitos humanos universais (Santo, 2006).

Em 1994, em Belém do Pará, é adotada pela Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, intitulada também como Convenção de Belém do Pará, ratificada pelo Brasil em 1995, que afirma a violência contra a mulher como um problema generalizado nas sociedades, além de reforçar os documentos já existentes de que esta violência é uma grave violação a dignidade e aos direitos humanos (Santo, 2006; Mateus, 2010).

É importante destacar que este tópico é apenas um breve histórico de documentos internacionais que visam o enfrentamento da violência contra a mulher, presente em diversos países, e mostra que ao longo dos anos esse tema tem aumentado as suas discussões devido ao aumento de visibilidade. O Brasil está integrado a esses tratados e declarações, tendo o governo brasileiro a responsabilidade de adequar e executar práticas e ações com a finalidade de atingir as metas existentes nesses documentos, que devem estar em concomitância com o ordenamento jurídico brasileiro.

1.6.2 Lei Maria da Penha

Uma das grandes vitórias que movimentos feministas e outras organizações em prol da luta pelo combate a violência contra a mulher conseguiram foi a Lei 11.340, intitulada como Lei Maria da Penha, de 7 de agosto de 2006, entrando em vigor em setembro do mesmo ano. Essa lei criou condições para que as mulheres denunciem a

violência doméstica e familiar que sofrem, ao mesmo tempo em que as leva a descobrir que podem enfrentar a situação e punir o agressor/agressora através dos seus direitos.

O nome deste instrumento jurídico é assim intitulado em homenagem a cearense Maria da Penha Maia Fernandes que, em 1983, sofreu duas tentativas de assassinato por parte de seu ex-marido, pai de suas três filhas. A primeira tentativa foi com um tiro em suas costas enquanto dormia, o que a deixou paraplégica. A segunda ocorreu meses depois, quando o ex-marido tentou eletrocutá-la no banho.

No mesmo ano das agressões, Maria da Penha denunciou o ex-marido. Entretanto, o primeiro julgamento só ocorreu 8 anos após os crimes. Mesmo assim, os advogados do agressor conseguiram anular o julgamento. Em 1996, ele acabou sendo condenado, porém conseguiu recorrer.

Passaram-se anos e a justiça brasileira não justificava a demora da decisão do caso. Diante da impunidade do crime, Maria da Penha, juntamente com movimentos e organizações feministas que a apoiaram, recorreram a Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), que responsabilizou e condenou o Estado brasileiro por omissão e negligência ao caso. E uma das recomendações dessa Comissão ao país foi a criação de uma legislação adequada para lidar com esse modelo de violência. Assim, organizações feministas e outras entidades juntaram-se para construir o que viria a ser a Lei 11.340. Esta entrou em vigor em setembro de 2006, homenageando Maria da Penha, pela sua história de violência, e também pela sua luta para que houvesse justiça no seu caso⁸.

Esta lei traz algumas mudanças na forma de lidar com a violência doméstica e familiar, como a proibição da aplicação de pena de cesta básica ou pagamento de multa; definiu a pena de 3 meses a 3 anos de detenção para o agressor; a obrigatoriedade de notificar à mulher vítima da agressão do ingresso e da saída do agressor da prisão; nos casos de riscos ligados à integridade física ou psicológica, o juiz poderá decretar prisão preventiva; a pena será aumentada em 1/3 no caso das mulheres portadoras de deficiência; a criação de juzizados especiais com competência criminal e cível para julgar casos de violência doméstica e familiar, incluindo questões sobre alimentos, separação, guarda dos filhos, entre outros pontos, como o artigo 35:

⁸ A história de Maria da Penha pode ser lida no portal Observatório Lei Maria da Penha. Disponível em: http://www.observe.ufba.br/lei_mariadapenha (Acessado em: 22 de dezembro de 2015).

Art. 35. A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover, no limite das respectivas competências:

I - centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar;

II - casas-abrigos para mulheres e respectivos dependentes menores em situação de violência doméstica e familiar;

III - delegacias, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde e centros de perícia médico-legal especializados no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar;

IV - programas e campanhas de enfrentamento da violência doméstica e familiar;

V - centros de educação e de reabilitação para os agressores.

(BRASIL, 2006)

De acordo com a pesquisa de opinião da Fundação Perseu Abramo, em parceria com o Serviço Social do Comércio (SESC), em 2010, 84% das mulheres entrevistadas já tinham conhecimento da Lei Maria da Penha, onde 78% tiveram percepções positivas desse ordenamento jurídico, como uma forma de proteção às mulheres, enquanto 8% tiveram percepções negativas, alegando a ineficácia da Lei por esperar o crime acontecer para agir, devendo ser mais rigorosa em suas ações:

Figura 3: Conhecimento da Lei Maria da Penha

comparativo mulheres/ homens [em %]

Base: Total da amostra M2/H2

	MULHERES	HOMENS
	2010	
CONHECE/ OUVIU FALAR	84	85
PERCEPÇÕES POSITIVAS	78	80
É uma lei que pune os homens que agredem mulheres/ punições severas/ vão presos/ botam na cadeia / são punidos com base nesta lei/ não tem fiança / a polícia vai atrás do homem para dar um corretivo e, se persistir, ele é preso	37	41
É uma lei que protege judicialmente as mulheres vítimas de violência/ que dá proteção às mulheres / dá apoio moral/ beneficia/ favorece a mulher espancada	29	21
É uma lei que defende de maus tratos/ de apanhar / de estupro / de agressões físicas/	10	18
É uma lei que protege a mulher contra a violência doméstica/ que é maltratada pelo marido/ ex-marido	8	9
É uma lei que defende de agressões verbais/ xingamentos/ ofensas / abusos morais	5	8
É uma lei que faz com que os homens fiquem com medo de maltratar as mulheres/ que pensem mais antes da agressão/ Lei que favorece a denúncia dos agressores de mulheres/ as mulheres podem denunciar baseadas nesta lei	5	5
Lei que protege a mulher de ameaças/ ameaças de morte / É uma lei que protege o direito da mulher/ proibe os homens de agredir mulheres	3	7
É uma lei que garante um distanciamento do agressor com a vítima	2	*
É uma lei que foi criada dez anos após uma mulher ter levado um tiro em Fortaleza, ficando tetraplégica	1	1
Lei que pune tanto os homens quanto as mulheres agressoras(es)/ pune todos que agredem mulheres	1	2
É uma lei que tenta fazer com que diminua a agressão às mulheres/ que diminui a violência contra a mulher	1	2
PERCEPÇÕES NEGATIVAS	8	3
É uma lei que não é eficaz porque a polícia espera acontecer a tragédia/ deveria ser mais rigorosa/ demora muito para punir os homens/ o homem fica detido algumas horas e faz serviços comunitários	8	3
OUTRAS RESPOSTAS	6	4
NÃO CONHECE/ NUNCA OUVIU FALAR	16	15

P79M/82bH - Você já ouviu falar da lei Maria da Penha? O que você sabe sobre essa lei? O que mais você sabe sobre a lei Maria da Penha?

Fonte: Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado. Fundação Perseu Abramo em parceria com o SESC

1.6.3 Políticas Públicas e a Secretaria de Políticas para as Mulheres

Além da Lei Maria da Penha, existem outras ações governamentais com a finalidade de combater a violência contra a mulher em âmbito nacional. As políticas públicas existentes, por exemplo, têm como objetivo implementar ações que enfrentem as diversas formas de violência contra as mulheres, inclusive a doméstica, além de estarem em consonância com as leis brasileiras, como a Lei 11.340, e com os tratados internacionais nos quais o país assinou.

Conforme já comentado, a década de 80 foi um marco na história pela luta por igualdade de gênero e visibilidade da situação da mulher no Brasil. E nessa década

começaram a ser implementadas as primeiras políticas públicas com mais ênfase na questão da mulher, expressão e conquista das lutas de organizações, movimentos e também a participação de membros da sociedade civil a favor de melhores análises da situação da mulher no país. Em São Paulo, em 1983, é criado o primeiro Conselho Estadual da Condição Feminina onde, dois anos depois se dá a criação pelo Ministério da Justiça do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres. A construção desses órgãos só faz com que a discussão em torno do gênero feminino aumente, onde o tema violência encontra-se em pauta (Farah, 2004, p. 51).

Em 1996, em âmbito federal, é lançado o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), em resposta a Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres, realizada em Viena em 1993, que orienta os Estados membros a produzirem programas nacionais de Direitos Humanos (Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres, 1993). Uma das propostas desse programa é a redução de atos de violência, além de acatar os princípios e objetivos de documentos internacionais assinados pelo país. Este programa foi revogado pelo Decreto de número 7037, de dezembro de 2009, com a aprovação do Programa Nacional de Direitos Humanos III (DECRETO nº 7037, 2009).

No ano de 2002 foi criada a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher (SEDIM), que foi o órgão responsável por monitorar e propor políticas públicas e ações governamentais em relação a questão de gênero. No ano seguinte, foi gerada a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), que recebeu status de ministério, com autonomia administrativa e orçamento próprio, e tem como principal objetivo combater todas as formas de discriminação e preconceito contra a mulher, promover a igualdade de gênero, além de ter como uma de suas linhas de atuação o enfrentamento a situação de violência contra as mulheres. O Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres passa a integrar a estrutura dessa Secretaria⁹. Em 2015 a SPM passa a integrar juntamente com as Secretarias dos Direitos Humanos e da Igualdade Racial o Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, formando um único Ministério.

Em 2004 ocorreu a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, onde foram elaboradas as diretrizes do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), que possui quatro eixos de atuação: 1-autonomia, igualdade no trabalho e cidadania; 2- educação inclusiva e não sexista; 3- saúde das mulheres, direitos sexuais e

⁹ A história e objetivos da Secretaria de Política para as Mulheres encontram-se disponíveis em: <http://www.spm.gov.br/sobre/a-secretaria> (Acessado em 26 de dezembro de 2015).

direitos reprodutivos; e 4- enfrentamento à violência contra as mulheres. Em relação a questão do trabalho, no primeiro eixo, o plano tem como uma das metas garantir a autonomia econômica e financeira das mulheres através de medidas que promovam o aumento da taxa de atividade delas na População Economicamente Ativa (PEA) até o ano de 2007. No último eixo, o plano tem como objetivos garantir o atendimento humanizado, de qualidade e integral nos serviços oferecidos para mulheres em situação de violência, reduzir os índices de violência contra as mulheres, além de garantir o cumprimento de acordos internacionais e outros documentos assinados pelo país (BRASIL, 2006, p 19). No ano de 2007 é convocada a II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, que tem o objetivo de reavaliar a implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Desta Conferência, é gerado o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, que tem como finalidade reafirmar os princípios assumidos no PNPM, além de incluir novas áreas de atuação (BRASIL, 2008, p. 20). A 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres foi realizada em 2011, já no então governo Dilma Rousseff, onde foi elaborado o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013-2015 (PNPM 2013-2015), que tem como objetivo o fortalecimento de princípios de políticas públicas e ações governamentais em relação a mulher no país, como a reafirmação da autonomia das mulheres em todas as dimensões de suas vidas; o respeito a diversidade e o combate a todas as formas de discriminação; a busca pela igualdade entre mulheres e homens em todos os setores da sociedade, entre outras características. Em relação ao capítulo que se refere ao enfrentamento de todas as formas de violência contra a mulher, este plano tem como característica geral a redução da taxa de violência contra as mulheres no Brasil, além de ter como objetivos específicos:

I. Garantir e proteger os direitos das mulheres em situação de violência considerando as questões étnicas, raciais, geracionais, de orientação sexual, de deficiência e de inserção social, econômica e regional.

II. Garantir a implementação e aplicabilidade da Lei Maria da Penha, por meio de difusão da lei e do fortalecimento dos instrumentos de proteção dos direitos das mulheres em situação de violência.

III. Ampliar e fortalecer os serviços especializados, integrar e articular os serviços e instituições de atendimento às mulheres

em situação de violência, especialmente as mulheres do campo e da floresta.

IV. Proporcionar às mulheres em situação de violência um atendimento humanizado, integral e qualificado nos serviços especializados e na rede de atendimento.

V. Desconstruir mitos e preconceitos em relação à violência contra a mulher, promovendo uma mudança cultural a partir da disseminação de atitudes igualitárias e valores éticos de irrestrito respeito às diversidades e de valorização da paz.

VI. Identificar e responsabilizar os agressores das mulheres que sofrem violência doméstica e sexual.

VII. Prestar atendimento às mulheres que têm seus direitos humanos e sexuais violados, garantindo os direitos sexuais e os direitos reprodutivos na perspectiva da autonomia das mulheres sobre seu corpo e sobre sua sexualidade.

VIII. Garantir a inserção das mulheres em situação de violência nos programas sociais nas três esferas de governo, de forma a fomentar sua independência e autonomia. (BRASIL, 2013, p 43)

O ano de 2007 deu-se o surgimento do chamado Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a mulher, que consiste em um acordo em âmbito federal, estadual e municipal, em consolidar uma Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, proposto pelo Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM). Tanto o Pacto quanto a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres têm como finalidade a criação de diretrizes e princípios que possam combater todas as formas de violência contra as mulheres. A Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres impulsiona uma melhor estruturação e ampliação da rede de serviços especializados, como Delegacias da Mulher, Centros de Referência, Casas-Abrigo, serviços de apoio jurídico, defensorias públicas, serviços da rede pública de saúde, serviços policiais, entre outros, para a garantia de um atendimento integral a mulheres em situação de violência, incluindo a doméstica. Além disso, esta Política também estimula a conscientização e capacitação dos agentes públicos para atender as mulheres, incentiva a ampliação do acesso delas à justiça, e apoia programas e projetos que agem em defesa pelo combate da violência contra a mulher (BRASIL, 2011).

Para o ano de 2016, está prevista em março a 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres “Mais direitos, participação e poder para as Mulheres”, que ocorrerá em Brasília, e tem como desafio traçar estratégias por todo o país para que as políticas públicas de igualdade para as mulheres sejam efetivadas, além de ter como principal objetivo o fortalecimento da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres¹⁰.

Portanto, em âmbito jurídico, a Lei Maria da Penha, os tratados, declarações, as políticas públicas e programas existentes em prol do combate e enfrentamento a violência contra a mulher são instrumentos que devem garantir os direitos de seus cidadãos. Estes têm o direito de recorrer ao governo e seus representantes para a concretização e implementação desses documentos. No momento não serão analisados os avanços e dificuldades desses documentos, apenas serão exibidas as principais formas de auxílio existentes no país para combater a violência contra a mulher, situação de grande ocorrência no país, onde quaisquer dos envolvidos nessas situações de violência podem recorrer.

1.6.4 Principais Serviços de Atendimento à Mulher em Situação de Violência

1.6.4.1 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM)

Conforme já comentado, alguns dos documentos existentes no Brasil que têm a finalidade de combater as formas de violência contra a mulher, como a Lei Maria da Penha, garantem direitos para mulheres em situações de violência, com o objetivo de prevenção e proteção, promovendo e estimulando diversos serviços no país para atingir essas metas. Um desses serviços é a criação de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM). A primeira DEAM consolidada no país foi em 1985 no Estado de São Paulo. De acordo com Santos e Pasinato (2008), a DEAM com seu serviço policial é uma das principais políticas públicas de atendimento a mulheres em situação de violência. Com o passar dos anos, as DEAMs foram sendo ampliadas pelos estados brasileiros, aumentando seu número principalmente na década de 2000, podendo esse crescimento ter sido reflexo do surgimento da Secretaria de Políticas para

¹⁰ As informações sobre a 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres estão disponíveis em pdf em: <http://www.spm.gov.br/4cnpm/assuntos/Documentos/texto-base-4cnpm.pdf> (Acessado em 15 de janeiro de 2016).

as Mulheres que revitalizou, a partir das políticas públicas de enfrentamento a violência contra a mulher, determinadas regras que uma DEAM deve estabelecer. (Santos, Pasinato, 2008, p. 12)

Um ponto que essas autoras comentam é a questão da desigual distribuição de DEAMs pelos estados, onde o Sudeste concentraria um maior número de Delegacias da Mulher no país. Além disso, é relevante falar que a instauração de uma DEAM depende de acordos entre o governo do estado e seus municípios, por mais que as delegacias da mulher sejam regidas por decretos e leis. Cada governo administra os espaços existentes para o funcionamento deste modelo de delegacia¹¹.

Toda DEAM é subordinada à Delegacia Geral de Polícia Cível de cada estado, ou órgão semelhante, que seja responsável pela administração de toda a Delegacia. A organização e funcionamento de uma DEAM são estabelecidos através de leis e estatutos estaduais que definem sua estrutura e encargos. A principal funcionalidade dessas delegacias é registrar o boletim de ocorrência, realizar o trabalho de investigação do caso, e a instauração de inquérito, que será encaminhado ao Judiciário e ao Ministério Público. Tem-se também a solicitação ao juiz ou juíza de medidas protetivas à mulher que possam ser urgentes. Cada DEAM possui práticas e abordagens distintas, inclusive em Delegacias Especializadas em um mesmo estado. Logo, não dá para definir essas Delegacias em um modelo único. Observa-se que estas possuem objetivos em comum descritos acima. Entretanto, estas funções são colocadas em prática de forma diferenciada em cada DEAM. Algumas prestam somente serviços policiais; outras realizam estes serviços e incluem também na própria delegacia assistência jurídica, psicológica e social. *“O modelo mais comum é aquele que inclui apenas serviços policiais; adota um papel de aconselhamento, mediação e investigação; e atende os crimes praticados por parceiros ou ex-companheiros da vítima, bem como os crimes sexuais.”* (Santos, Pasinato, 2008, p. 13)

O país também possui os Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, órgãos criados por meio da Resolução nº 05, de 2006, que tem como objetivo julgar especificamente casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, segundo as diretrizes da Lei Maria da Penha. Para os casos chegarem nesses Juizados é preciso um registro de boletim de ocorrência em uma DEAM, onde o policial

¹¹ Ibid Santos; Pasinato, 2008.

encaminhará o inquérito ao juiz competente, como já foi mencionado acima. Este juiz analisará os casos e comunicará rapidamente o Ministério Público. (BRASIL, 2006)

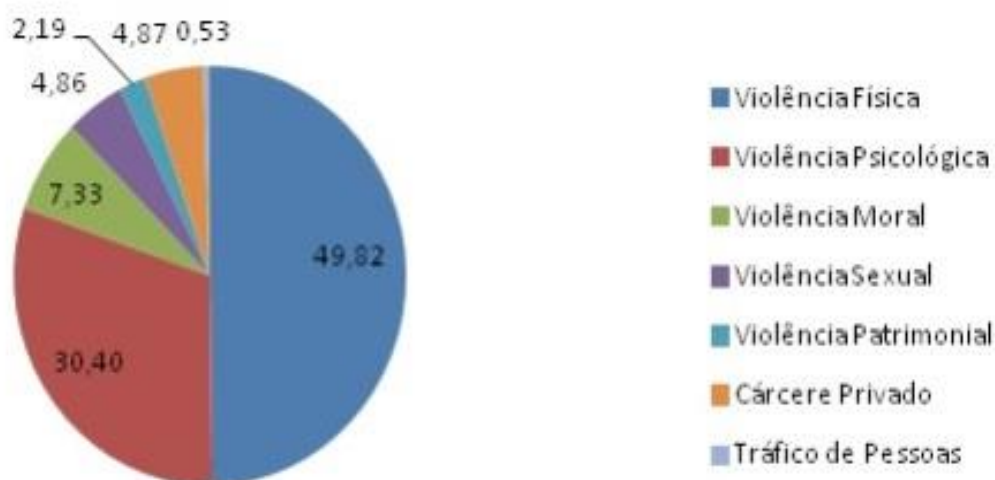
1.6.4.2 Central de Atendimento à Mulher (180)

Além das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, outro serviço que a população, principalmente as mulheres, pode utilizar para denunciar situações de violência contra a mulher, inclusive a doméstica, é a Central de Atendimento à Mulher. Este serviço telefônico foi criado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) em 2005 e tem como função orientar e fornecer informações sobre serviços e direitos da população feminina no Brasil, podendo encaminhar as pessoas para os serviços considerados adequados ao combate a violência quando for necessário, além de atender relatos de violência e registrar todos esses atendimentos. As informações geradas dessa Central de Atendimento são apresentadas na página eletrônica da Secretaria. É evidente que este serviço não dá conta de registrar todos os casos de violência contra a mulher que ocorrem pelo país, até porque é a população que procura este serviço e não tem como registrar a totalidade existente. Os relatórios que são produzidos são apenas um recorte e representação da realidade brasileira e também auxiliam em pesquisas e estudos científicos acerca deste assunto.

Para entrar em contato com a Central de Atendimento basta ligar 180, onde funcionárias estarão atendendo, dando orientações e informações necessárias para quem ligou – informações sobre legislação, serviços de atendimento à mulher, entre outros. De acordo com dados da própria Central de Atendimento à Mulher, fornecidos pelo portal virtual da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), de janeiro a outubro de 2015 foram realizados 634.862 atendimentos, onde 63.090 foram relatos de violência. Destes relatos, a violência física é a mais frequente, com 31.432 relatos (49,82%). A violência psicológica aparece em seguida, com 19.182 (30,40%) relatos¹².

¹² Essas informações estão disponíveis pela Secretaria de Políticas para as Mulheres em pdf: <http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/balanco180-10meses-1.pdf> (Acessado em 27 de dezembro de 2015)

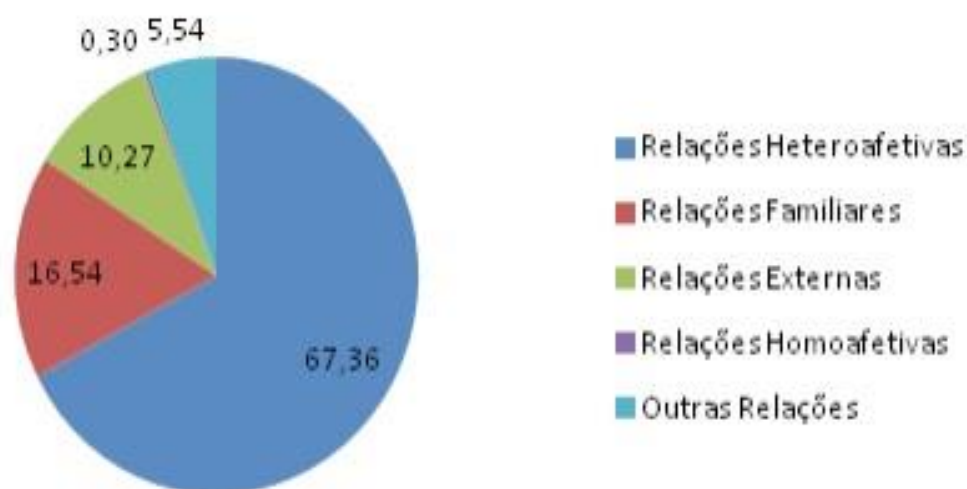
Gráfico 2: Tipo de violência relatada nos primeiros 10 meses de 2015



Fonte: Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180/SPM

Dos casos de violência, 67,36% foram cometidas por homens com quem as vítimas têm ou tiveram algum vínculo afetivo, como cônjuges, companheiros, namorados ou amantes, ex-companheiros, ex-cônjuges, ex-namorados ou ex-amantes das agredidas. Cerca de 27% dos relatos referiram familiares, vizinhos, amigos e conhecidos como autores das agressões.

Gráfico 3: Relação entre vítima e agressor(a) nos primeiros 10 meses de 2015



Fonte: Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180/SPM

1.6.4.3 Serviços de saúde

A violência contra a mulher é considerada um problema de saúde pública (Minayo, et al, 2005). A mulher em situação de violência pode sofrer danos físicos, psicológicos e morais. Reconhecendo essa violência como geradora de conseqüências negativas em vários fatores, o Brasil também possui em algumas de suas políticas públicas e documentos ações e medidas para acolhimento, prevenção e proteção da saúde da mulher em situação de violência, como a capacitação de profissionais para um atendimento qualificado a esse público, a efetivação e garantia do direito ao Sistema Único de Saúde (SUS), com a inclusão de medicamentos e serviços necessários nos casos de violência, como por exemplo, a sexual (BRASIL, 2006). Além disso, encontram-se em funcionamento alguns hospitais com setores especializados para atender mulheres em situação de violência, como Hospitais da Mulher¹³.

1.6.4.4 Casas-Abrigo

As chamadas Casas-Abrigo também são alternativas de combate a violência. Estes locais têm a finalidade de abrigar mulheres em situação de violência nos casos de grave ameaça e risco de morte, garantindo o seu bem-estar físico, psicológico e social, assim como sua segurança. Estas mulheres também podem levar para essas Casas-Abrigo seus filhos. É uma medida emergencial para proteger em locais seguros a mulher, acompanhada ou não de seus filhos. Em 2011 foi criado um documento pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) para definir o atendimento nesses estabelecimentos. Esse documento traz alternativas que antes não eram utilizadas, como casas-de-acolhimento provisórios de curta duração, que podem proteger mulheres que não estejam necessariamente em risco de morte ou ameaçadas, podendo permanecer nesses locais até 15 dias, sendo realizadas intervenções e tentativas de resolução de suas situações para que ocorram os encaminhamentos necessários; a instauração do benefício eventual, para casos, por exemplo, de vulnerabilidade temporária; a vinculação das Casas-Abrigo aos Centros de Referência de Atendimento à Mulher mais próximo, sendo ligado também à assistência social; a articulação desses locais com a Segurança Pública, para a garantia dos direitos da mulher abrigada e de seus filhos, entre outras

¹³ No Estado do Rio de Janeiro há hospitais que fazem parte do Sistema Único de Saúde e prestam atendimento a mulheres em situação de violência, principalmente a sexual. A lista com esses hospitais especializados está disponível em: <http://www.cedim.rj.gov.br/servicos.asp> (Acessado em: 29 de dezembro de 2015)

características. Na maioria desses locais, os serviços são municipais e/ou estaduais (BRASIL, 2011, p. 19).

1.6.4.5 Centros de Referência de Atendimento à Mulher

Os Centros de Referência de Atendimento à Mulher em situação de violência é outro instrumento de enfrentamento a violência contra a mulher no Brasil, ratificado sua relevância em movimentos sociais, principalmente feministas, em âmbito jurídico, como a Lei Maria da Penha e em outros documentos criados em combate a violência contra a mulher. Esses Centros de Referência (CR) têm como objetivo geral fornecer atendimento psicológico, social, e muitas vezes, orientação jurídica para mulheres em situação de violência. A primeira instituição criada nesse modelo foi a Casa Eliane de Grammont, em São Paulo no ano de 1990. O nome foi uma homenagem a cantora Eliane de Grammont, por ter sido mais uma mulher em situação de violência onde a justiça pelo seu caso não foi integralmente concretizada. Seu ex-marido a matou a tiros, alegando legítima defesa de sua honra. Ele chegou a ser condenado a 12 anos de reclusão, porém só permaneceu durante 4 anos, ganhando liberdade condicional por bom comportamento¹⁴. Em 2003, com a criação da SPM e o lançamento de políticas públicas e programas de combate a violência contra a mulher, os Centros de Referência foram cada vez mais ampliados pelo país. É importante observar que, assim como as DEAMs e Casas-Abrigo, por conta da administração diferenciada de cada governo do estado e municípios, os Centros de Referência existentes possuem suas particularidades, porém permanecendo em consonância com a Lei Maria da Penha e os outros documentos ratificados pelo país, tendo uma finalidade comum a todos os Centros de Referência que é o atendimento social, psicológico e por vezes jurídico¹⁵.

É relevante comentar que esses e outros serviços de atendimento à mulher em situação de violência fazem parte de uma rede, onde podem se relacionar entre si. Uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher pode, por exemplo, depois de fazer um boletim de ocorrência de uma mulher que foi agredida de alguma forma, encaminhá-la para um Centro de Referência, onde este fará também os procedimentos adequados a sua função, e poderá também encaminhá-la para outra instituição, como uma Casa-Abrigo. A utilização desses serviços pela mulher em situação de violência pode se dar

¹⁴Disponível em <http://www.redeedefesadedireitos.com.br/assistencia-juridica/casa-eliane-de-grammont/> (Acessado em: 4 de janeiro de 2016).

¹⁵ Disponível em https://sistema3.planalto.gov.br/spmu/atendimento/atendimento_mulher.php (Acessado em: 4 de janeiro de 2016).

de diferentes combinações e maneiras, e tudo dependerá de cada caso, que possui suas particularidades. De acordo com a Secretaria de Políticas para as Mulheres, essas instituições estão distribuídas de forma desigual pelo país. O fato é que desde a criação da SPM, essa rede acabou se ampliando pelo Brasil¹⁶. Essas formas de auxílio para o enfrentamento da violência contra a mulher, tanto os documentos aqui exibidos, como os serviços legitimados por muitos desses documentos, acabam tendo como um dos objetivos a ampliação do acesso e descentralização de informação sobre a questão da violência contra a mulher, suas consequências, serviços e direitos nos quais qualquer mulher em situação de violência pode utilizar. O Estado deve garantir o cumprimento desses direitos e do acesso as mulheres a esses serviços especializados.

¹⁶Ibid Secretaria de Políticas para as Mulheres. Disponível em: https://sistema3.planalto.gov.br//spmu/atendimento/atendimento_mulher.php (Acessado em: 6 de janeiro de 2016).

II OBJETIVOS

Objetivo Geral: Analisar as relações entre mulheres em situação de violência doméstica e o seu trabalho a partir das percepções dessas mulheres agredidas por seus companheiros ou ex-parceiros que estão sendo atendidas no Centro Especial de Orientação à Mulher Zuzu Angel (CEOM Zuzu Angel), no município de São Gonçalo, Rio de Janeiro.

Objetivos Específicos

- Conhecer o funcionamento do CEOM Zuzu Angel;
- Identificar as estratégias criadas pelas mulheres para lidar com a situação do seu trabalho diante da violência doméstica sofrida.

III PERCURSO METODOLÓGICO

Para a realização deste trabalho, utilizou-se uma abordagem qualitativa, pois como afirma Minayo e Sanches (1993) é uma forma de investigação que valoriza a fala, que transmite representações de grupos, com suas condições socioeconômicas, históricas e culturais singulares, abordagem que bem se adequa ao objetivo deste estudo. A pesquisa qualitativa permite ter acesso a experiências, interações e documentos em seu contexto natural (Flick, 2009).

3.1 Levantamento bibliográfico

Na primeira etapa para o desenvolvimento deste trabalho, foi realizado levantamento bibliográfico em fontes tanto nacional como estrangeira, a partir de artigos, livros e pesquisa virtual. Também utilizou-se a base de dados Biblioteca Virtual em Saúde, com os seguintes descritores:

- 4 violência doméstica AND trabalho AND mulher\$
- 5 violência doméstica AND gênero AND trabalho

Foram encontrados 250 artigos para o primeiro descritor comentado, e 149 para o segundo entre os períodos de junho de 2014 a agosto de 2015. Realizou-se uma leitura prévia dos resumos para identificar se os estudos teriam relação com o objetivo proposto, e infelizmente foram encontrados apenas dois trabalhos (Swanberg, Logan Macke (2005); Miranda, de Paula, Bordin (2010)) que pudessem corresponder a relação que foi proposta neste projeto.

3.2 Critérios de inclusão de sujeitos da pesquisa

A entrevista é um processo de interação social. É uma estratégia usada durante o trabalho de campo em uma pesquisa. Envolve dois ou mais atores em um local determinado tendo em vista um objetivo que é pertinente para uma investigação ou pesquisa (Minayo, 2014):

“Entrevista é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador, destinada a construir informações pertinentes para um objeto

de pesquisa, e abordagem tendo em vista este objetivo”
(MINAYO, 2014, p. 261)

Como as falas das mulheres são essenciais para o desenvolvimento desta dissertação, foi necessário realizar trabalho de campo, no Centro Especial de Orientação à Mulher Zuzu Angel (CEOM Zuzu Angel) onde foram realizadas entrevistas individuais com mulheres maiores de 18 anos que são atendidas nesta instituição consideradas em situação de violência doméstica e que têm ou tiveram um trabalho remunerado durante o período de violência.

De acordo com Goode e Hatt, essa interação envolve não somente o diálogo entre os interlocutores, como também estão incluídos os fatos paralinguísticos, como gestos, olhares, movimentos do corpo, entre outros. São também fontes de informação e elementos importantes assim como a fala. Cabe ao entrevistador analisar esses elementos, e ter uma certa habilidade para observar distorções e contradições, pontos também relevantes para a pesquisa (Goode; Hatt, 1968). Por isso a importância de estar em contato pessoalmente com as entrevistadas.

Devido a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética da Escola Nacional de Saúde Pública, da Fiocruz, ter ocorrido somente em setembro de 2015, as entrevistas foram realizadas a partir de outubro até dezembro do mesmo ano. Foram entrevistadas cinco mulheres que encontravam-se dentro dos critérios descritos acima.

3.3 Levantamento documental

No trabalho de campo, também foi feito levantamento documental das fichas de acompanhamento das mulheres atendidas do CEOM Zuzu Angel do ano de 2014. Estas fichas foram selecionadas segundo os critérios de inclusão definidos por esse estudo. O levantamento documental foi feito pela coordenação, pois como o CEOM Zuzu Angel entrou em obras no período do trabalho de campo, esta afirmou que somente ela teria acesso aos arquivos da instituição e poderia selecionar as fichas. A fim de continuar com a pesquisa, foi aceita a proposta da coordenação.

Das fichas selecionadas, entrou-se em contato telefônico com as usuárias para uma possível entrevista. A coordenação da instituição é que fez esse contato, pois como eram os intermediários entre a pesquisadora e as entrevistadas, queriam primeiro explicar a pesquisa e depois marcar uma provável entrevista. O ano de 2014 foi selecionado

devido a maior acessibilidade que se iria ter da usuária que ainda frequenta a instituição. As fichas do ano de 2015 não foram escolhidas, pois de acordo com a coordenadoria do CEOM, haveria uma mudança no cadastramento das usuárias neste ano, o que poderia comprometer a pesquisa devido a heterogeneidade do conteúdo das fichas.

3.4 Observação participante

Realizou-se também durante o trabalho de campo observação participante, pois, de acordo com Minayo (2014), é um importante processo onde se tem o observador em uma situação social tendo como objetivo a realização de uma investigação científica. O observador acaba sendo parte do contexto em que está observando, pois está em relação face a face com os observados, modificando e sendo modificado por esse contexto. Observar o CEOM Zuzu Angel e seu funcionamento foi importante na aproximação e interação com as mulheres atendidas. A observação participante possibilitou o acompanhamento do caminho percorrido pelas mulheres acolhidas no CEOM Zuzu Angel desde a sua entrada nesta instituição. A pesquisadora foi apresentada ao conjunto dos profissionais do CEOM Zuzu Angel, explicitou os objetivos da pesquisa e os limites quanto às entrevistas (critérios de inclusão) e a perspectiva de uma observação pautada pelo interesse no conhecimento do funcionamento da instituição. Como o processo de observação participante se dá em um ambiente de acordos firmados durante a sua realização, não foi factível pensarmos em fechar as oportunidades apresentadas pelo campo através de um roteiro de observação participante. Essa observação se deu principalmente antes do período em que ocorreram as entrevistas, pois desde setembro de 2015 o espaço do CEOM Zuzu Angel permanece fechado para obras, mas seus profissionais encontram-se trabalhando juntamente com o CEOM Patrícia Acioli, no bairro de Jardim Catarina, também em São Gonçalo.

As entrevistas foram realizadas a partir de um roteiro de entrevista. Esse instrumento foi adotado por permitir uma flexibilidade que outros instrumentos não possuem, como formulários ou questionários. Estes são compostos por itens estruturados, padronizados, não havendo espaço para um aprofundamento das falas dos entrevistados, como um roteiro de entrevista pode permitir (Goode, Hatt, 1968). Nas entrevistas, a fala é aspecto importante e nela se manifesta de forma diferenciada contextos e realidades singulares dos entrevistados, além disso, uma entrevista permite um melhor aprofundamento do tema que está sendo discutido. Como as mulheres que entrevistei falaram de suas experiências e concepções acerca do tema, cada uma

narrando de maneira distinta devido as suas singularidades, essa ferramenta foi a mais apropriada para esta pesquisa. O roteiro de entrevista auxiliou na orientação e na lembrança de pontos que foram importantes de serem questionados durante os encontros com as entrevistadas. Este roteiro encontra-se em apêndice.

3.5 Considerações éticas

O local onde foram realizadas as entrevistas foi no CEOM Patrícia Acioli, em uma sala da instituição, onde o profissional que está atendendo a usuária também poderia permanecer, se esta se sentisse mais a vontade com a sua presença. É importante colocar que por mais que o espaço das entrevistas tenha sido nesta instituição, as entrevistadas eram usuárias do CEOM Zuzu Angel, assim como os profissionais com que a pesquisadora teve contato. O profissional da instituição foi instruído em relação ao recorte do sujeito de pesquisa (conforme critérios de inclusão descritos acima) ficando assim, impossibilitado de intervir na entrevista. No momento da entrevista a sala ficou exclusiva para essa atividade, protegendo assim a confidencialidade das respostas. Neste sentido podemos relacionar como critérios de exclusão os profissionais que atuam no CEOM Zuzu Angel e as mulheres que se recusassem a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). As participantes não ficaram sabendo sobre quem estava incluída no estudo. O período das entrevistas aconteceu em torno de 3 meses, onde foram esclarecidos e apresentados os objetivos da pesquisa, e foi perguntado se a pessoa aceitava participar. Foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) onde tinham os objetivos propostos do estudo e espaço de assinatura para a convidada assinar, caso ela aceitasse participar. Também foi apresentado TCLE voltado para os profissionais da instituição que permanecessem durante as entrevistas com as mulheres, entendendo que por mais que eles não pudessem intervir, acabavam participando do momento da entrevista. Em todas as entrevistas realizadas os profissionais não permaneceram na sala com a entrevistada e a pesquisadora. Os Termos aqui citados encontram-se em apêndice.

As entrevistas tiveram duração de cerca de quarenta minutos a uma hora. Entrevistas posteriores poderiam ter sido combinadas entre a pesquisadora e a usuária do CEOM Zuzu Angel, levando em conta as disponibilidades de ambas, mas não houve necessidade.

As perguntas que foram feitas abordaram os objetivos propostos deste trabalho, onde a entrevistada podia falar sobre sua história em relação a violência doméstica que

sofre ou sofreu, como conheceu o CEOM Zuzu Angel, e se essa experiência afetou seu trabalho de alguma forma. Também foi perguntado se foram utilizadas estratégias para lidar com a situação do seu trabalho diante da violência sofrida. As entrevistadas puderam se expressar livremente.

Os dados pessoais das usuárias (como idade, etnia, escolaridade e dados de situação econômica e trabalho remunerado) foram acessados através da ficha de acompanhamento do CEOM Zuzu Angel.

As entrevistas foram gravadas, mediante autorização do sujeito de pesquisa, e transcritas posteriormente. As entrevistadas podiam pedir para desligar o gravador a qualquer momento. Somente as pessoas que trabalhavam na pesquisa, que são a pesquisadora, sua orientadora e co-orientadora, puderam ler as anotações, transcrições e ouvir as gravações. Foi tomado todo o cuidado para que as informações pessoais que foram fornecidas ficassem mantidas em sigilo. O nome da entrevistada e os nomes de pessoas que ela citou foram substituídos na transcrição por outros nomes e termos a fim de manter sua privacidade. Neste trabalho os nomes das entrevistadas foram substituídos por: Entrevistada 1, Entrevistada 2 3, 4 e 5. A pesquisadora está representada pela letra P. Todo o material de pesquisa (gravações de áudio, transcrições e anotações) estará resguardado, sob a responsabilidade da pesquisadora deste estudo.

As mulheres que aceitaram participar poderiam sair do estudo a qualquer momento, mesmo que já tivessem iniciado a entrevista. Elas não seriam prejudicadas em seus atendimentos da instituição nem seriam penalizadas de nenhuma maneira caso se negassem a participar do estudo ou decidissem interromper sua participação por qualquer motivo. Caso alguma pergunta causasse desconforto ou as deixassem chateadas, elas poderiam não responder ou interromper a entrevista.

Durante ou após o estudo a entrevistada poderia solicitar da pesquisadora informações sobre a sua participação na entrevista e/ou sobre a pesquisa, através dos meios de contato que esta forneceu. Não houve custo para a participação da usuária do CEOM Zuzu Angel. Ela também não foi paga para participar do estudo. A entrevista teve caráter voluntário e ela poderia aceitar se desejasse participar.

Esta pesquisa poderá trazer novos questionamentos em relação ao assunto, e dará um retorno da pesquisa para os profissionais da instituição, com a finalidade de que sejam abertas discussões sobre o tema.

3.6 Análise dos dados

Para analisar os dados coletados adotou-se o seguinte procedimento:

- 1) **Ordenação dos dados** – Reuniram-se todos os dados obtidos na observação participante, levantamento documental e entrevistas.

Nesta etapa as gravações de voz foram transcritas, realizou-se uma primeira leitura deste material juntamente com as anotações produzidas sobre a instituição e foram organizados os documentos levantados.

- 2) **Classificação dos dados** – Realizou-se leitura mais aprofundada e transversal dos dados obtidos no campo, possibilitando uma comparação entre eles, separando os aspectos comuns encontrados e classificando-os por categorias, *“buscando compreender e interpretar o que foi exposto como mais relevante e representativo pelo grupo estudado”* (Minayo, 2014).

- 3) **Análise final** – Procurou-se compreender e interpretar o material coletado a partir da fundamentação teórica estudada. Assim, iniciou-se a etapa da discussão das categorias.

IV A PESQUISA DE CAMPO E SEUS RESULTADOS

4.1 São Gonçalo e o CEOM Zuzu Angel

Com uma população estimada de 1.038.081 habitantes, a cidade de São Gonçalo integra a região metropolitana do Rio de Janeiro.¹⁷ É atualmente o segundo município mais populoso do estado. De acordo com o relatório desenvolvido anualmente pelo Instituto de Segurança Pública (ISP) intitulado Dossiê Mulher, São Gonçalo tem sempre aparecido nos primeiros lugares de delitos cometidos contra mulheres. No Dossiê de 2015, este município aparece com o segundo maior número de mulheres vítimas de ameaça, estupro e violência patrimonial (dano e supressão de documento); o terceiro maior em relação a mulheres vítimas de homicídio doloso e lesão corporal dolosa, e também encontra-se em terceiro lugar com mulheres vítimas de violência moral, como injúria, difamação e calúnia¹⁸.

A breve observação destes dados nos faz compreender a importância de se ter presente neste município serviços que possam atender a demanda de mulheres que estejam sendo ameaçadas ou em situação de violência. Neste local, um dos serviços de atendimento a mulheres em situação de violência, principalmente a doméstica, é o Centro Especial de Orientação à Mulher Zuzu Angel (CEOM Zuzu Angel). Localizado no bairro de Neves deste município, o CEOM Zuzu Angel recebe mulheres maiores de 18 anos que sofreram ou sofrem violência doméstica, de gênero ou sexual através de atendimento psicológico, social e jurídico tendo como um dos principais objetivos o rompimento com a violência.

Fundado no dia 26 de agosto de 1997, sendo um órgão público municipal, o CEOM Zuzu Angel carrega esse nome em homenagem a estilista Zuleika Angel Jones, que morreu na saída de um túnel por conta de um acidente de carro durante a ditadura militar. Esta instituição possui uma grande comunicação e relação com organizações do município, como o Movimento de Mulheres em São Gonçalo, a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher do município, a Casa-Abrigo localizada no

¹⁷ Dados no site do IBGE. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=330490> (Acessado em: 17 de janeiro de 2016)

¹⁸ Instituto de Segurança Pública. Dossiê Mulher 2015. Disponível em: http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/uploads/DossieMulher2015.pdf (Acessado em: 17 de janeiro de 2016).

município do Rio de Janeiro, entre outros órgãos formando uma rede, que tem como um de seus objetivos a comunicação, o acesso à informação e a inter-relação entre essas organizações para que ocorram atendimentos de qualidade¹⁹. O Movimento de Mulheres em São Gonçalo, por exemplo, foi uma das organizações que pressionaram o governo a abrir um Centro de Referência de Atendimento à Mulher naquela localidade. Segundo a coordenação do CEOM Zuzu Angel, com a criação da SPM, a rede de atendimento a mulher em situação de violência doméstica tornou-se mais ampliada e deu condições de uma melhor comunicação entre as instituições, tanto as já existentes como as geradas depois do surgimento da SPM²⁰.

Algumas visitas a esta instituição foram feitas antes da realização das entrevistas diante da necessidade de conhecimento de mais informações sobre seus serviços. E foi inevitável conversas informais com alguns dos profissionais para que houvesse um entendimento do funcionamento e organização do CEOM Zuzu Angel. Ao longo da pesquisa teve-se mais contato com a coordenadora, que auxiliou no levantamento documental e nas marcações das possíveis entrevistas.

O meu primeiro contato com a instituição se deu quando realizei a minha monografia da faculdade em 2013, conforme comentado na introdução deste trabalho. Retornei ao campo em janeiro de 2015 para apresentar o projeto e o espaço físico do local permanecia o mesmo: apenas um andar, composto por uma pequena recepção assim que se entra, três salas de atendimento para as usuárias, duas salas de reuniões para os profissionais, uma sala de atendimento jurídico e um espaço para o setor administrativo. O conjunto de profissionais que ali trabalha é composto por uma coordenadora, uma advogada, uma psicóloga, dois assistentes sociais, três pessoas na área administrativa, um motorista e um funcionário nos serviços gerais, como limpeza. Os profissionais são chamados de técnicos, independentemente se é assistente social, psicólogo ou advogado. O atendimento funciona de segunda à sexta-feira, das 9h às 17h.

Desde o momento em que recebi autorização do Comitê de Ética da ENSP para desenvolver a pesquisa, entrei em contato com a coordenação para marcar as possíveis entrevistas. Entretanto, as entrevistas não puderam ser realizadas no espaço físico do

¹⁹Secretaria de Políticas para as Mulheres. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/assuntos/mulheres-do-campo-e-da-floresta/mulheres-rurais/enfrentamento/rede-de-enfretamento-a-violencia-contra-a-mulher> (Acessado em: 18 de janeiro de 2016).

²⁰Estas informações foram concedidas pelo CEOM Zuzu Angel.

CEOM Zuzu Angel porque este tinha entrado em obras. Toda a equipe foi transferida provisoriamente para o espaço do CEOM Patrícia Acioli, localizado no bairro de Jardim Catarina, também em São Gonçalo. Este Centro de Referência foi inaugurado em 8 de dezembro de 2011 e recebeu esse nome para homenagear a juíza Patrícia Acioli, que foi assassinada neste mesmo ano. É importante colocar que não será descrito e observado o funcionamento desta instituição, nem foram entrevistadas usuárias deste local. Os objetivos desta pesquisa prosseguiram por mais que este contratempo tenha aparecido. Somente foi utilizada uma sala do CEOM Patrícia Acioli para a realização das entrevistas.

4.1.1 Serviços no CEOM Zuzu Angel

De acordo com a coordenação do CEOM Zuzu Angel, a mulher em situação de violência doméstica, de gênero e/ou sexual pode chegar ao local de várias formas: por ter sido encaminhada por uma DEAM, por serviços de saúde, pelos parentes, por igrejas, escolas, por ter visto na mídia, na *Internet* sobre o local, entre outros. Quando esta mulher chega ao local, ela passa por uma triagem, onde irá preencher uma ficha explicando a sua situação. A triagem é um atendimento inicial para verificar se a demanda se enquadra nos serviços que o órgão oferece. O serviço social é a porta de entrada para os atendimentos. Depois que a mulher fornece seus dados e uma explicação breve de seu problema na recepção, ela é atendida por um assistente social. Ela só será atendida por um psicólogo ou advogado depois de um atendimento com um assistente social. O atendimento à mulher é individual, mas podem ter casos em que esta e seu companheiro ou ex-companheiro possam ser atendidos juntos, dependendo da situação. Logo, nota-se que tanto homens como mulheres que praticaram a violência doméstica, sexual ou de gênero contra uma mulher que se tornou usuária no CEOM Zuzu Angel podem ser atendidos neste local se os profissionais acharem conveniente esses atendimentos ocorrerem. Esse é um dos pontos que precisa ser citado e nota-se que os técnicos consideram importante na avaliação das situações de violência: cada caso tem suas particularidades. De acordo com Pasinato (2011), é importante sempre se ter em conta que cada mulher possui a sua história de vida, e a relevância de analisar a forma como ela está introduzida no contexto para a compreensão das relações de poder existentes.

Os atendimentos geralmente são agendados e continuados. Ela também pode ser encaminhada para outro local, dependendo do seu caso. Além disso, quando há necessidade, os atendimentos podem ser feitos no domicílio da usuária, que é também agendado. Isso ocorre quando a mulher está acamada, não pode sair de casa, entre outras situações. Essa instituição não nega atendimento as mulheres de regiões mais distantes, pois entende que elas podem estar com receio de serem atendidas perto de sua casa. Pessoas que não estejam em situação de violência doméstica, como parentes, conhecidos de alguém que possa estar precisando de ajuda, entre outros, também podem ir ao CEOM Zuzu Angel em busca de melhores orientações e instruções sobre o local.

Conforme as informações do CEOM fornecidas, foram realizados mais de 10.900 prontuários de mulheres em situação de violência desde a sua criação em 1997. Desses prontuários, foram gerados em torno de 49500 atendimentos com os profissionais. Além disso, a maioria das situações registradas é de violência doméstica, fator no qual me interessei por já se mostrar recorrente entre as pesquisas nacionais realizadas. Dessas ocorrências, a maioria é cometida pelo companheiro, marido ou namorado da agredida. No ano de 2014 foram realizadas 134 triagens²¹.

O CEOM Zuzu Angel possui 2 carros com um motorista que pode buscar a mulher em sua casa para levá-la a instituição a fim de realizar o seu atendimento; e depois pode deixá-la em casa. Muitas usuárias que não têm condição financeira para pagar um transporte têm essa possibilidade de pedir a instituição para que forneça um carro para buscá-las e depois deixá-las em suas casas. Esse pedido é agendado, pois não é possível atender toda a demanda, e esse meio de transporte privilegia casos emergenciais. Logo, nota-se que é um meio que o CEOM Zuzu Angel oferece para que essas mulheres não abandonem os seus atendimentos.

Uma questão importante que deve ser comentada é sobre as Casas-Abrigo. Se a mulher decidir sair de casa devido ao seu caso, e não tiver ou não poder permanecer em casas de parentes ou amigos, o CEOM Zuzu Angel consegue vagas em Casas-Abrigo para mulheres que sofreram algum tipo de violência e/ou possam estar sendo ameaçadas pelos seus companheiros. Geralmente, os abrigos lidam com agendamento para se conseguir uma vaga, porém, quando a situação de uma mulher é emergencial, o CEOM Zuzu Angel, que serve de intermediário entre a usuária e as Casas-Abrigo, arranja um lugar para pernoitar, e depois, se procura logo uma vaga em um abrigo. Este pode

²¹ Estas informações foram concedidas pelo CEOM Zuzu Angel

receber a mulher e seus filhos que possuem até 14 anos, e o atendimento no CEOM Zuzu Angel a esta usuária continua. No momento, há somente duas Casas-Abrigo no Estado do Rio de Janeiro: um do Estado que é administrado pela ONG Rio Solidário, e outro do município do Rio. Seus endereços são sigilosos. Desde 2012, de acordo com a coordenação, está para ser inaugurado uma Casa-Abrigo em São Gonçalo, porém isso não ocorreu até agora. Outro ponto relevante que deve ser colocado é que a mulher não é obrigada a nada; ela só irá para o abrigo se ela desejar. O mesmo acontece para os atendimentos e o auxílio que o CEOM Zuzu Angel fornece; esta instituição só irá ajudar a mulher a tentar se recuperar e romper com a violência se ela quiser; a usuária tem espaço para fazer suas escolhas. Em muitos casos é difícil para a mulher deixar o seu lar para ir para uma Casa-Abrigo; este, assim como qualquer instituição, possui regras e precisam ser executadas para o seu funcionamento. Por isso, algumas usuárias não conseguem se adaptar e acabam indo embora desses locais. Outras até voltam para seus relacionamentos e para suas casas. Além disso, por mais que uma Casa-Abrigo tenha uma estrutura que a possibilite se reestabelecer e continuar a realizar atividades que eram de sua rotina, como o trabalho, muitas mulheres se sentem privadas de sua liberdade. É importante citar que uma Casa-Abrigo não seria uma instituição total como a proposta por Erving Goffman (2001), que a conceitua como um local que tende ao fechamento, onde um internado teria uma vida reclusa sob uma administração rigorosa, além de estar sob tutela de terceiros, não podendo sair no momento que desejar (Goffman, 2001). Nesses abrigos, a mulher se submete as normas de funcionamento se desejar. Ela pode ir embora a hora que quiser. Dependendo da situação, uma Casa-Abrigo ainda possibilita que a mulher aos poucos retome sua rotina, o que não a tira do convívio social, como em uma instituição total.

O setor jurídico existente na instituição realiza uma assessoria jurídica, promovendo uma orientação e o encaminhamento dos casos das usuárias para outro setor; ele não vai acompanhá-las. Os profissionais que assistem e realizam os atendimentos continuados são os assistentes sociais e os psicólogos. Porém, todos esses técnicos orientam as mulheres que foram agredidas sobre os seus direitos. De acordo com a coordenação, muitas mulheres chegam na instituição sem conhecer os direitos que elas podem usufruir. A Lei Maria da Penha é um dos instrumentos jurídicos mais comentados durante os atendimentos. Esta lei e outras medidas e ações são apresentadas a essas mulheres para que estas tenham melhores esclarecimentos dos direitos que lhes devem

ser garantidos, além de promover uma reflexão das situações que elas estiveram ou ainda estão. E observar que o seu caso de violência não foi o único que ocorreu.

Além dessas medidas que o CEOM Zuzu Angel oferece para a usuária, a instituição também realiza e promove seminários e palestras, tanto no próprio local, como em outros estabelecimentos, como escolas e igrejas. Essas palestras têm como objetivo informar aos que se encontram nesses eventos sobre a violência contra a mulher e as maneiras que se pode pedir ajuda, e divulgar esse tema e a instituição para que mais pessoas possam estar informadas sobre o assunto, e quem sabe, poder ajudar uma mulher que sofre de algum modelo de violência.

4.2 Análise documental

O modelo de prontuário do CEOM Zuzu Angel fornece informações como nome, idade, sexo, raça/cor, religião, estado civil, se possui ou não filhos, escolaridade, inserção no mercado de trabalho, por quem foi encaminhada para chegar à instituição, informações sobre a violência sofrida e outros dados referentes a educação e saúde da mulher²². Algumas informações destas fichas são importantes para analisar o perfil das mulheres segundo os critérios definidos neste trabalho.

Das 134 fichas de atendimento realizadas no CEOM Zuzu Angel no ano de 2014, foram encontradas 23 delas dentro do perfil solicitado. A idade média destas 23 usuárias é de 35,69 anos, onde a mais nova tem 21 anos e a mais velha, 58 anos de idade. Todas são moradoras do município de São Gonçalo.

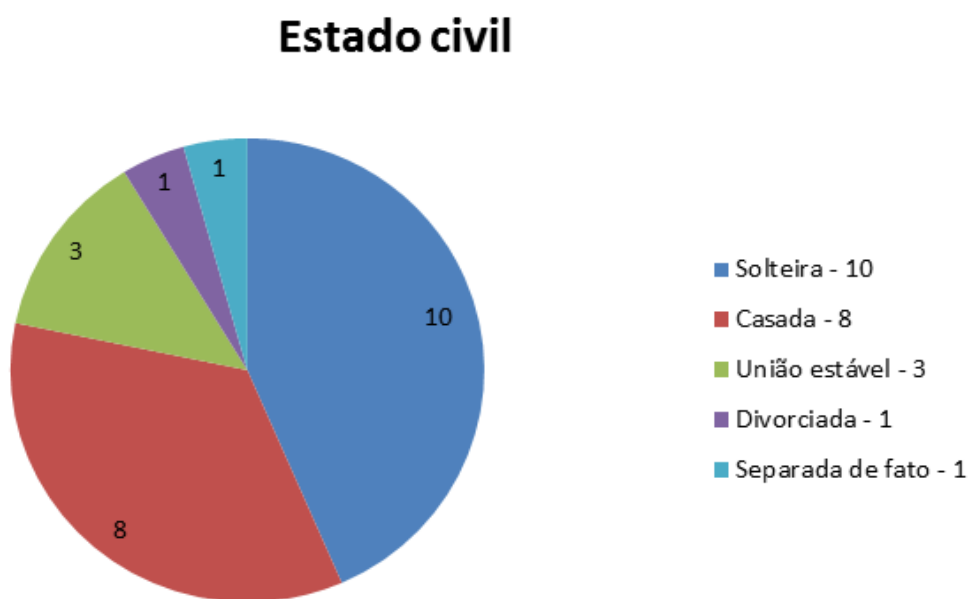
Em relação a religião, a maioria se considera protestante (12), enquanto 4 usuárias são católicas, 3 não possuem religião, 3 não informaram e uma marcou a opção “outros”. A categoria religião interessou neste trabalho, pois a maioria das entrevistadas apontou a religião como um dos fatores para permanecer em seus relacionamentos, onde o casamento seria uma instituição sagrada que não deveria ser desfeita. Mais adiante esse assunto será melhor comentado.

De acordo com a opção “cor/raça”, 12 usuárias se consideram brancas, 10 pardas e uma amarela. Quanto a filhos, 20 usuárias disseram ter, e outras 3 não possuíam.

²² Este modelo de prontuário encontra-se em anexo.

Em relação ao estado civil, 10 mulheres colocaram que eram solteiras, enquanto 8 marcaram a opção casada; 3 colocaram que possuíam união estável, uma divorciada e uma separada de fato²³. O tempo de relacionamento dessas usuárias varia: mínimo de 2 anos e máximo de 32 anos juntos. Nota-se assim que não há duração definida entre esses relacionamentos; podem ou não durar muitos anos e os motivos para isso podem ser variados, como já mencionado anteriormente.

Gráfico 4: Estado civil das usuárias dos 23 prontuários do CEOM Zuzu Angel/ 2014



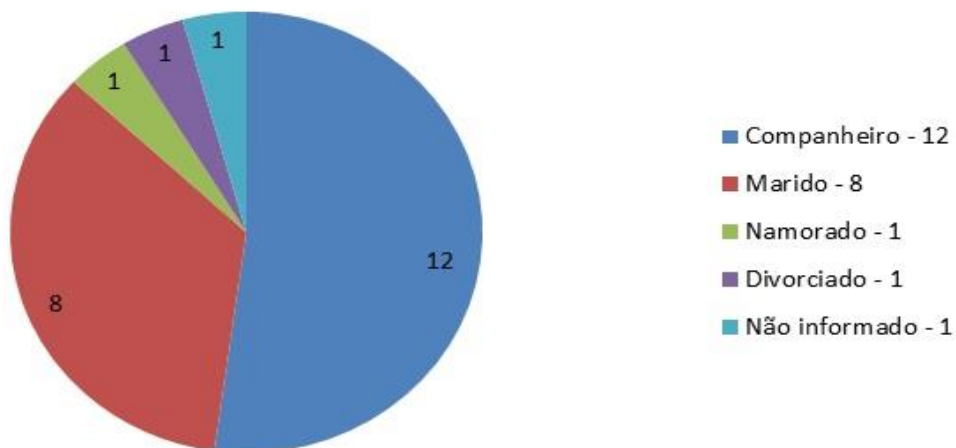
Fonte: gráfico produzido pela autora

Nas fichas, a violência impetrada contra as usuárias foram provocadas por 12 companheiros, 8 maridos, 1 namorado, um ex-parceiro já divorciado e uma das fichas não havia informado o tipo de parceiro.

²³ A diferença entre divórcio e separação de fato é que esta os cônjuges já estão separados, porém não podem se casar novamente, pois não ocorreu o divórcio, enquanto aquele o ex- casal já pode se casar com outras pessoas (art. 1571 – Código Civil). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm (Acessado em: 15 de janeiro de 2016)

Gráfico 5: Parceiro afetivo que provocou a violência das usuárias dos 23 prontuários do CEOM Zuzu Angel/ 2014

Parceiro afetivo



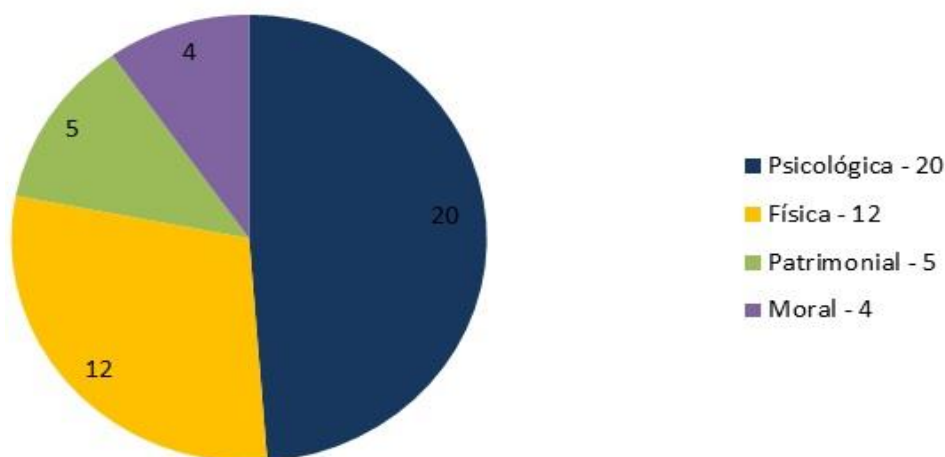
Fonte: gráfico produzido pela autora

Em relação aos modelos de violência, a psicológica predominou entre os prontuários, com 20 relatos; em seguida vem a violência física com 12 relatos. A violência patrimonial e moral também são destacadas nessas fichas, com 5 e 4 relatos respectivamente. Estes dados só afirmam o que pesquisas como o Dossiê Mulher 2015 coloca: a existência das variadas formas de violência doméstica no município de São Gonçalo, além do aumento da violência moral e patrimonial ocorrida²⁴.

²⁴ Ver Instituto de Segurança Pública. Dossiê Mulher 2015. Disponível em: http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/uploads/DossieMulher2015.pdf (Acessado em: 17 de janeiro de 2016).

Gráfico 6: Tipo de violência apontada nos prontuários das 23 usuárias do CEOM Zuzu Angel/2014

Tipo de violência

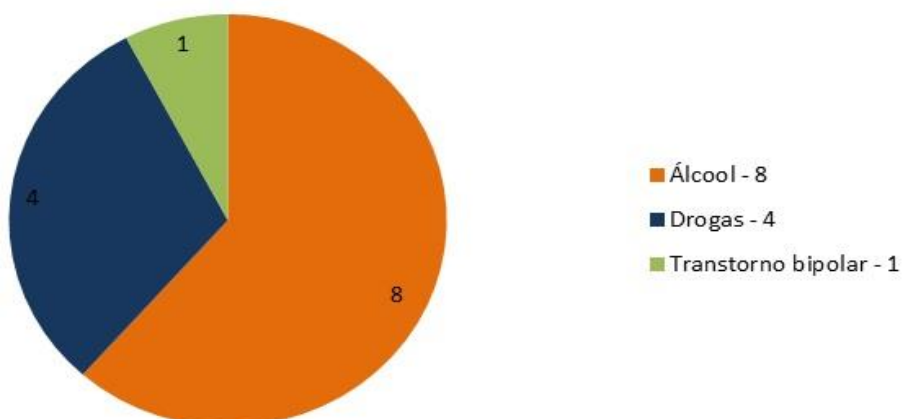


Fonte: gráfico produzido pela autora

Os prontuários analisados também apontaram a categoria fator potencializador, onde deveria ser colocado se houve algum fator que desencadeou a violência sofrida. Das 23 fichas observadas, oito usuárias apontaram o álcool como um desses fatores, quatro colocaram que esse fator foram as drogas²⁵, e uma apontou que o parceiro tinha transtorno bipolar.

Gráfico 7: Fator potencializador da violência praticada contra as 23 usuárias do CEOM Zuzu Angel/2014

Fator potencializador

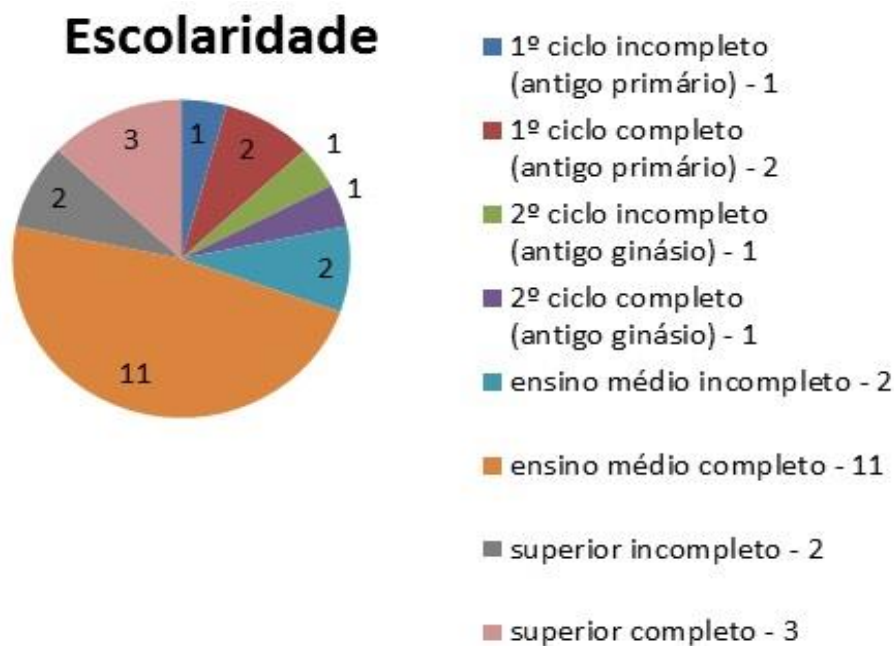


Fonte: gráfico produzido pela autora

²⁵ As informações do prontuário não informam se são drogas lícitas ou ilícitas.

Em relação a escolaridade das fichas levantadas, predominaram o ensino médio completo, e o superior completo, com 11 e 3 usuárias respectivamente. A partir dessa categoria, observa-se que a violência é algo democrático, podendo ocorrer com mulheres de todas as idades e níveis econômicos e de escolaridade diversos, inclusive entre as que possuem emprego (Venturi, et al, 2013).

Gráfico 8: Escolaridade das 23 usuárias do CEOM Zuzu Angel/ 2014



Fonte: gráfico produzido pela autora

Infelizmente não foi possível entrevistar as 23 usuárias do CEOM Zuzu Angel, pois algumas não atenderam o telefone, e outras desmarcaram a entrevista e não deram mais retorno, por mais que não tenha faltado insistência em conseguir mais entrevistas.

4.2.1 Perfil das entrevistadas

Das 23 usuárias dentro dos critérios de inclusão desta pesquisa, foram entrevistadas 5 mulheres, entre 27 a 58 anos de idade. A idade média destas usuárias é de 36, 8 anos.

Dentre as cinco entrevistadas, quatro possuíam filhos. Estes eram filhos de seus companheiros ou maridos que praticaram a violência. No tocante a cor/raça, 3 se definiram brancas, duas pardas e uma amarela. Em relação ao estado civil, 3 eram casadas, uma solteira e uma possuía união estável quando entraram na instituição em

2014. Atualmente, três estão separadas, uma encontra-se ainda em relacionamento com o companheiro, e uma não vive mais com o parceiro, mas às vezes tem recaídas com ele.

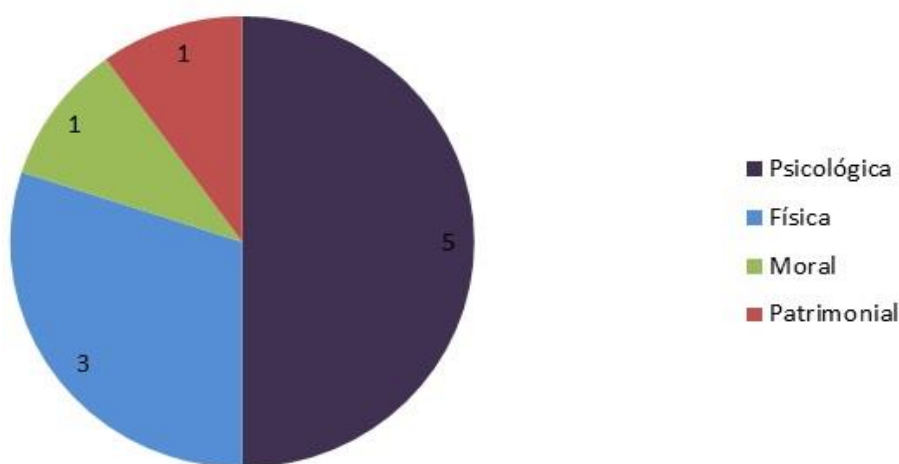
O tempo de relacionamento dessas usuárias variou: o menor tempo foi 8 anos e o maior tempo juntos foram 32 anos. Nas entrevistas, 3 disseram ser protestantes, uma católica, e uma não possuía religião, mas acreditava em Deus. Em relação a escolaridade, uma tem superior completo, duas completaram o ensino médio, uma tem o segundo ciclo completo (antigo ginásio), e uma possui o segundo ciclo incompleto (antigo ginásio).

Cada entrevistada possuía em 2014 uma ocupação profissional diferente umas das outras: A Entrevistada 1 era secretária; a Entrevistada 2 era recepcionista de um hotel; a Entrevistada 3 era segurança de uma empresa; a Entrevistada 4 era representante comercial de uma empresa; e a Entrevistada 5 disse que era revendedora de pão. Atualmente, as entrevistadas 1, 3 e 4 continuam nesses empregos, enquanto a Entrevistada 2 se aposentou e a Entrevistada 5 mudou de emprego.

Em relação a violência doméstica que sofreram, predominou a violência psicológica, com 5 relatos, a física, com 3 relatos, um relato de violência moral e um de violência patrimonial. Das entrevistadas, quatro apontaram sofrer violência desde o início do relacionamento. É importante lembrar que essas formas de violência podem acontecer concomitantemente.

Gráfico 9: Tipos de violência doméstica sofrida pelas 5 entrevistadas em seus relacionamentos

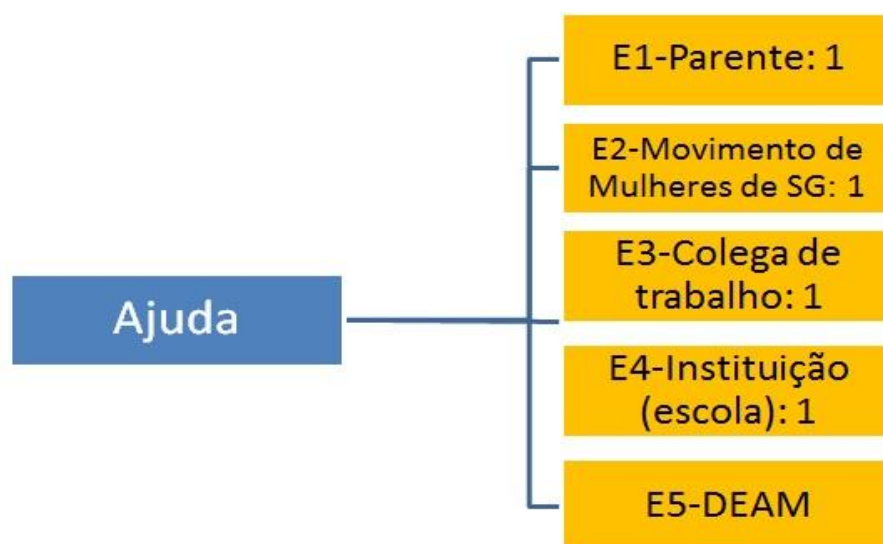
Tipos de violência doméstica



Fonte: gráfico produzido pela autora

Cada uma das entrevistadas pediu ajuda para romper com a violência que sofreram de forma diferenciada: A Entrevistada 1 (E1) tinha uma parente que já era usuária do CEOM Zuzu Angel, e por isso indicou a instituição; a Entrevistada 2 (E2) foi indicada pelo Movimento de Mulheres em São Gonçalo; A Entrevistada 3 (E3) tinha uma colega de trabalho que ouviu falar da instituição e indicou; a Entrevistada 4 (E4) pediu auxílio na escola das filhas, depois de ter visto uma palestra sobre violência contra a mulher no local, e esta instituição indicou o CEOM Zuzu Angel; e a Entrevistada 5 (E5) foi indicada por uma DEAM, quando foi fazer um Boletim de Ocorrência contra as agressões do marido, e indicaram a instituição, que era perto de sua casa.

Figura 4: Pedido de ajuda pelas usuárias/ 2014



Fonte: figura produzida pela autora

4.3 Violência doméstica e trabalho

4.3.1 Produtividade e modificação na rotina de trabalho

Encontrou-se na literatura poucas contribuições teóricas para a discussão da relação entre violência doméstica e trabalho, proposta por esta pesquisa. Somente duas contribuições que foram encontradas comentam de possíveis consequências que a violência doméstica pode causar no trabalho das agredidas. De acordo com Swanberg, Logan e Macke (2005), perda de produtividade, atrasos e absenteísmo são alguns dos

impactos que a violência doméstica pode causar na atividade laboral dessas mulheres. Estas muitas vezes deixam até seus empregos por medo de serem perseguidas ou assassinadas.

Nas entrevistas, foi realmente detectado que a produtividade no trabalho é afetada por conta da violência que as mulheres sofrem em casa. Elas apontaram que a falta de concentração, tristeza, estresse e preocupação faziam com que o rendimento no trabalho ficasse prejudicado:

“Afeta né, é muito triste né. Às vezes o trabalho acabava não rendendo né. O pensamento ficava longe né... então atrapalha nessas coisas... nessas coisinhas corriqueiras né, do dia a dia e tal. Você acaba pensando né. Por mais que a gente não possa ficar levando os problemas pessoais pro trabalho, é difícil né, é difícil separar.”

– Entrevistada 1

“Olha, eu acho que afetou sim porque assim, teve um período que eu fiquei muito estressada por causa dele...” – Entrevistada 2

“Sim afetou porque eu não ia trabalhar bem né, eu ia trabalhar mal, com todas as brigas, as minhas preocupações, trabalhava triste... com certeza eu não trabalhava bem entendeu... mas tinha que trabalhar, eu trabalhava. Não tem jeito, a vida continua, a gente tem que trabalhar.” - Entrevistada 5

A entrevistada 3 viveu uma situação complicada no final de seu casamento. Ela é segurança de uma loja de shopping, e seu marido era vendedor dessa mesma empresa, só que em locais diferentes, mas no mesmo bairro. Ela acabou descobrindo, diante das muitas fofocas que ocorreram no seu trabalho, que seu marido estava com uma amante, também vendedora, mas de outra empresa perto da loja em que o marido trabalhava. Ela acabou se separando quando decidiu fazer as malas do marido para ele sair de casa, e ele tentou golpeá-la. Como ela é segurança e possui técnicas de defesa, conseguiu se desvencilhar do soco. Ele saiu de casa, e mesmo separados de corpos, a amante passou a ameaçá-la no local de trabalho. Essa entrevistada contou que foi muito afetada no trabalho, pois todos ficaram sabendo, e seu sentimento foi de vergonha e tristeza:

“Demais, ficava muito envergonhada... até hoje quando eu entro na loja que ele trabalhou, quem é antigo fala “ihh, olha a ex-mulher de Luciano²⁶”. Então tipo assim você é apontada como se você fez um crime entendeu. Na verdade, eu era a esposa, não era para eu ser apontada. Quem era para ser apontada era a outra, que pediu as contas também (do trabalho dela, que era em frente a loja do Luciano), por motivo da pressão que ela tava no trabalho né.” – Entrevistada 3

A entrevistada 4 tem uma empresa com o marido, o que faz sua aproximação cotidiana com ele maior, levando o estresse de casa para os locais de trabalho:

“Sim, claro que afeta. Vira e mexe eu tô com problema de saúde, com estresse com o que eu vivo com ele e no trabalho... tudo acumula.” – Entrevistada 4

Observa-se que é difícil a separação do que essas mulheres vivenciaram com seus companheiros, do cotidiano de trabalho, pois o ser humano leva consigo todas as suas experiências, satisfações, frustrações, alegrias e tristezas, que podem ser motivadores de determinados comportamentos diante de uma situação vivida. Infere-se que é complicado para uma mulher que se encontra nessa situação trabalhar sem pensar nos seus problemas, e o quanto eles podem afetar o rendimento laboral delas.

Entre as entrevistadas, também foi observado que a rotina de trabalho foi modificada: quatro das cinco entrevistadas apontaram que o marido as controlava de alguma forma enquanto estavam trabalhando. As entrevistadas 1 e 2 colocaram que seus companheiros não as perturbavam muito quando estavam em seus ambientes de trabalho, apenas ligavam para saber se estavam em seus locais de trabalho.

P: “Ele ía no seu trabalho para te procurar?”

E1: “Não, só ligar. Ligava bastante.”

P: “Mas ligava pra te intimidar?”

E1: “Não, intimidar não. Ele não tem a índole agressiva não. Ele assim é... ele só me afeta assim nessa parte mais emocional mesmo, entendeu?” – Entrevistada 1

E2: “Não, ele nunca fez essas coisas não (de procurar no trabalho), só ligava às vezes pra saber onde eu tava”. – Entrevistada 2

²⁶ Nome fictício

A entrevistada 4, como possui uma empresa com o marido, afirma que não tem liberdade para se desvencilhar dele, pois vivem e trabalham juntos. Ela coloca que o marido a controla em casa e no trabalho, sendo difícil ter autonomia, sentindo-se assim prejudicada.

P: E como que você fica em relação ao seu trabalho, você consegue se desvencilhar dele no trabalho? Porque os dois acabam trabalhando juntos né... aí você consegue se desvencilhar dele na sua função na empresa?

E4: Não porque na maioria das vezes ele (marido) me leva, e ele me busca. É um controle total. Acaba controlando tudo. Outro dia eu falei pra ele... eu amo teatro. Amo, sou apaixonada. Eu falei pra ele já tem exatos 18 anos... 17 a 18 anos que nós estamos juntos né, 17 anos nós convivemos juntos. Já tem 18 anos que eu não vou ao teatro de adulto (peças teatrais para adultos) porque quando as minhas filhas eram pequenas eu levava as duas em peças infantis, hoje nem isso eu faço. Nem a praia, eu amo praia. Eu vou pra praia eu não quero ir só pra me bronzear, é pra sentir a brisa do mar, é pra ver o pôr do sol, eu amo fazer isso. E eu nunca consigo, eu não posso, eu não faço. Aí no trabalho ele também quer saber por que eu liguei pra fulano por que eu liguei pra cliclano, que são os técnicos que trabalham com a gente.

E4: Aí atrasa minha mercadoria também porque a mercadoria dele, na verdade, ele pagou, e a minha tá pra pagar, ele tá esperando o dinheiro entrar, e atrasa a entrega do meu serviço, é muito complicado.

Esta entrevistada ainda aponta o controle financeiro que o marido exerce sobre ela:

E4: Ele vê que eu peguei (o serviço), ele não paga, eu digo “eu quero o meu dinheiro” aí ele diz: “você já recebeu, você já recebeu o dinheiro pra pagar o fornecedor”.

E4: Ainda que seja, ele diz que é pro meu bem... mas o dinheiro nunca vem pra mim. É ele que paga tudo. – Entrevistada 4

Na época em que estava casada, a entrevistada 5, que era revendedora de pão, assim como seu marido, disse que ambos brigavam não só no âmbito doméstico, como também no trabalho, quando estavam revendendo seus produtos, afetando sua rotina devido ao incômodo da discussão, deixando-a chateada:

E5: “Ele ficava perturbando né, a gente ficava brigando... É porque como a gente pegava pão na mesma padaria, então era inevitável o encontro, então a gente se via, mesmo se a gente acabasse de brigar a gente se via, não tinha como. Então rolava discussão, rolava estresse, eu ía trabalhar mal entendeu. Era inevitável isso.” – Entrevistada 5

A entrevistada 3 também teve sua rotina de trabalho modificada devido as ameaças e insinuações que a amante proferia contra ela em seu local de trabalho. Ela contou que a empresa passou a transferi-la para outras lojas a fim de não ocorrer um encontro entre elas, pois a amante conseguiu os telefones das lojas filiadas e ligava sem se identificar para saber em que loja a Entrevistada 3 estava trabalhando:

*E3: “Aí eu tava ali, tava trabalhando, tava no posto e ela passava. “E aí v*²⁷, como é que você aguenta isso” (a amante do marido). E todo mundo em volta olha assim pra mim como quem diz: pegou o marido da mulher. Aí tipo assim, eu me mantive, aí teve até uma cliente que tava atrás, que tava olhando, aí ela: “essa garota falou com você?”. Aí eu: “não, nem conheço”. Tipo assim, tentando me sair (da situação). Ela chegava no meu trabalho pra quem tivesse assim, ela procurava onde tivesse mais cliente quando eu estava próxima (das clientes) pra me xingar entendeu?” – Entrevistada 3*

E3: “Ah fui transferida de uma hora pra outra quando tava esse processo, fui pra várias lojas... como sabiam que ela ía lá (na loja) então me tiravam, aí me botavam pra outra loja entendeu, ela descobria onde é que eu estava e ía atrás..” –Entrevistada 3

O estresse e a tristeza mais uma vez aparecem como consequências de uma rotina que foi alterada devido ao histórico de violência doméstica que sofriam com seus parceiros. O controle que a maioria das entrevistadas apontou sofrer pelos seus companheiros aparece como uma das formas de violência doméstica relatadas, podendo indicar posse pelas suas companheiras através do poder que desejam exercer sobre elas. Esse controle pode ser considerado uma das formas de relação de poder no qual o homem tenta impor a sua vontade no relacionamento, considerando a mulher como uma aquisição sua, na tentativa de conservar o seu papel dominante no relacionamento.

²⁷ A amante falou mal da Entrevistada 3

O ciúme também foi um fator apontado como uma das causas do controle que os companheiros exerciam sobre as usuárias. A Entrevistada 4 foi a que mais apontou esse fator em sua entrevista:

E4: E as esposas dos meus tios estavam comentando outro dia em que a gente foi em um aniversário de família e eu fui dar uma cochilada: “gente, ele tem um ciúme doentio por você porque ele vai toda hora ver se você tá realmente dormindo, ele fica observando, ele pega o celular, toda hora ele olha teu celular...”. Então quer dizer, é uma invasão total de privacidade. E se tiverem pessoas mais jovens eu faço questão de não estar (nessas reuniões) porque eu sei que vai rolar um estresse. É desgastante, e chega a um ponto de não disfarçar, das pessoas se incomodarem.

E4: eu tô de vestido hoje porque ele não tá junto, se ele tivesse junto ia ser uma encrenca.

E4: a questão do trabalho, eu vou, faço a venda... ninguém precisa saber que o instalador é meu marido. Aí quando vai fazer a instalação comentam (devem ser os clientes) sobre mim. Eu sei logo porque ele chega possesso. “É te cantaram, nem falaram nada” (marido). “Mas quem me cantou? Calma aí, vamos... deixa eu saber que música é essa, cantaram? Eu quero saber o que que tá acontecendo” (risos). – Entrevistada 4

4.3.2 Fatores potencializadores para o surgimento da violência doméstica

Durante as entrevistas, três das cinco entrevistadas apontaram que um dos fatores que deixava seus companheiros mais agressivos era o álcool.

E1: Ele bebe muito, então assim quando ele vai pras farras é difícil de ver... chega a ficar agressivo nas palavras. – Entrevistada 1

E2: Ele às vezes era muito violento né, ainda mais quando bebia... ele me bateu algumas vezes, eu apanhei... e eu aguentava tudo calada, com vergonha. – Entrevistada 2

E4: eu tenho medo que ele faça alguma covardia com as minhas filhas, porque quando ele bebe ele fica muito agressivo... e elas (as filhas) sabem disso. Elas falam “meu pai é maravilhoso”. Que como pai ele é maravilhoso. Como amigo ele é maravilhoso. Agora como marido é uma droga. Porque ele é ciumento, ele é possessivo, ele é malvado sabe. Ele não tem dó, não tem... ele se torna uma pessoa que não é ele.

P: A bebida influencia muito?

E4: Muito, muito. Aí depois ele diz que não lembra de nada, que não foi ele...

De acordo com Saffioti (1987), alguns fatores como alcoolismo e o uso de drogas podem ser considerados como tentativas de escape diante de um fracasso em atingir metas que seriam esperadas por eles. O homem pode, muitas vezes, tornar-se violento com sua companheira devido a uma insatisfação financeira em que ele se veja dependendo de sua parceira, ou devido a atitudes que esta toma diante dos problemas, onde na verdade ele se acharia na obrigação de resolver (Saffioti, 1987). E o fracasso vem justamente da limitação em atingir essas expectativas, que se encontrariam no papel do homem, onde este precisa realizar condutas consideradas “de macho”, viris. O homem torna-se um ser “castrado” exatamente por ter que atingir essas metas e inibir qualidades que possam não ser consideradas masculinas. Logo, os homens, assim como as mulheres, sofrem pela divisão de papéis que são destinados a cada um pela dominação masculina (Bourdieu, 2014).

A transição de gênero apontada por Giffin e Dantas Berger (2005) que ocorreu diante de uma reestruturação produtiva, em companhia de políticas neoliberais crescentes durante a segunda metade do século XX, traz o desarranjo de papéis que antes eram estabelecidos na sociedade, gerando essa sensação de fracasso devido as mudanças, levando muitos homens a realizarem comportamentos agressivos e de fuga por não terem se adaptado as transformações. Além disso, traz para as mulheres um agravamento das desigualdades de gênero, com o aumento da dupla jornada e da exploração de mulheres (Dantas-Berger, Giffin, 2005). Os relatos nas entrevistas apontaram que a maioria sustentava suas casas e tomava a iniciativa para resolver os problemas, porém sentiam-se sozinhas e cansadas diante da ausência de colaboração dos companheiros, tanto em relação a ajuda financeira, como na atenção aos filhos e nos afazeres de casa.

E1: A questão de arcar com as contas da casa sempre foi comigo né, as despesas do nosso filho também sempre foi comigo, entendeu... então acaba se tornando assim...é difícil, mais cansativo né, eu não tenho assim tanto apoio, isso é difícil. Ele na verdade assim, ele nunca demorou muito nos empregos... então assim, ele ia, ficava um tempo né e tal...nesse tempo todo, só teve um trabalho que ele ficou mais ou menos uns 3 anos, entendeu...mas mesmo assim ele faltava muito, eu nem sei porque que a empresa deixou. Mas assim, faltava muito e tal, chegava atrasado né...ele bebe muito, e com isso assim, acabava gastando o dinheiro todo, quando chegava em casa já não tinha mais nada, ele não me ajudava...tem filho tem tudo né, tem despesa né, tem...casa tem despesa né. E era difícil porque eu me via muitas vezes sozinha pra fazer tudo né. Eu chorava muito, eu ficava muito triste, eu adoeci muito, sabe... porque nós éramos 3, mas com essas coisas eu ficava sozinha pra resolver tudo. Eu não tinha apoio nenhum e quando eu precisava conversar era sempre terrível, terrível, terrível, entendeu? Porque sempre acabava brigando, gritando entendeu é... difícil. – Entrevistada 1

P: Ele te ajudava em casa (financeiramente)?

E3: Só dizia que vivia sem dinheiro.

P: Então você praticamente sustentava a casa sozinha né?

E3: Ele não deixava nem 10 reais pra tipo assim “ah pra quando você precisar comprar uma fruta tá aqui ó”... nunca me deu nada. Minto eu, me deu duas blusas durante nove anos. Duas blusas.

E3: Hoje em dia a mulher tá muito assim, deixando o homem mais em casa e indo a luta. Eu acho isso errado, entendeu, o homem tem que suprir as necessidades. A mulher tem que trabalhar, tem, pra ter o seu próprio dinheiro, mas em termos assim pras suas prioridades e não pra sustentar casa, então pra que precisar de homem, entendeu. Pelo menos eu acho assim. – Entrevistada 3

E4: Antes ele usava só a mulher né, me diminuía só por ser a dona de casa, que eu já tô velha, que eu não era capaz, que eu não conheço nada da vida, que eu não era capaz. E na verdade todas as vezes que ele tá com dificuldade financeira eu vou lá e ajudo ele, tomo as rédeas... E isso tudo foi me desgastando, me desgastando.... porque, teve uma época que eu tava caminhando sozinha mas eu tava pagando o aluguel, o colégio das

crianças sabe, o meu lazer... tava tudo nas minhas costas e pra ele tava tudo ótimo porque ele tinha um carro, ele bebia até a hora que queria, trabalhava quando queria... E4: Aí eu lavo cortina, eu faço algumas vendas, como eu falei né. Quando o dinheiro vem pra mim é quando é uma venda à vista, que o cliente paga em dinheiro, ou cheque pré, aí eu seguro comigo. E é com esses poucos que eu vou administrando. E o bolsa família, que eu consegui esse benefício. Esse benefício vai pras despesas.

Entrevistada 4

A frustração e o cansaço que essas entrevistadas apresentaram por não terem apoio não só financeiro como também de dividir as tarefas acaba sendo resultado desse acúmulo de encargos, domésticos e laborais, com os muitos papéis que as mulheres precisam desempenhar, podendo ser observado assim uma insatisfação diante das expectativas de papéis que tradicionalmente deveriam ser desempenhados pelos homens.

Um ponto que chamou a atenção durante as entrevistas é que, entre as usuárias que possuem filhos, três delas apontaram que a violência que sofriam de seus companheiros afetava de alguma forma o comportamento dos seus filhos. Agressividade, inquietação e medo de ter um relacionamento parecido com o dos pais foram destacados por essas entrevistadas em relação aos filhos.

E1: É...acaba diminuindo também né, o nosso filho. O Luís²⁸ já passa, o Luís é o meu filho, ele já passa já por alguns problemas né, ele tá fazendo acompanhamento com um neurologista porque é, estão desconfiando dele ter déficit de atenção e hiperatividade... e ele já passou por rolo na escola e tal, e também assim, ele não teve assim, muito apoio do pai...e ele as vezes acaba falando certas coisas que diminuem o Luís, sabe, o que é muito ruim.

E1: O nosso filho já assistiu muitas coisas sabe... então eu ficava pensando muito nessas coisas mesmo. Criança né, até hoje, não tem como. A gente acaba não esquecendo. Você aprende a conviver, mas esquecer você não esquece. – Entrevistada 1

E2: O menino, que é o mais velho, ele ficou assim, com um trauma, tanto que ele tá noivo já tem 4 ou 5 anos. A noiva tá querendo casar e eu acho que ele tá assim, sabe com medo? Porque tanto é que a namorada dele uma vez falou pra mim que ele quando

²⁸ Nome fictício

pensa em casar ele relata o meu caso com o pai dele. “Eu não quero passar o que minha mãe passou. Eu não quero viver a vida que a minha mãe viveu com o meu pai, que era muita briga, muita discussão, que não sei o que”. Então quer dizer, refletiu nele. - Entrevistada 2

E5: Então, teve um momento que eu cheguei, que eu vi que não dava mais, que eu tinha que tomar uma decisão porque meu filho só vivia brigando na escola o tempo todo, todos os dias eu recebia carta da escola que o meu filho tava brigando, ele tava se tornando uma criança muito agressiva. Aí eu tive que tomar uma decisão, dar um basta nisso entendeu?

P: Você acha que refletiu no seu filho as atitudes que ele estava vendo do pai em casa?

E5: Eu acredito que sim porque hoje eu tô divorciada graças a Deus, tô morando de aluguel entendeu... e o meu filho hoje tá bem mais tranquilo, não recebo queixa de...antes eu recebia queixa dele quase todos os dias, hoje é raro de ver que o meu filho brigou na escola entendeu. Graças a Deus melhorou muito. No estudo ele também melhorou bastante, dentro de casa. Graças a Deus melhorou. – Entrevistada 5

Esses relatos vão de encontro ao mencionado por Miranda, de Paula e Bordin (2010) ao inferir que a violência doméstica conjugal gera problemas sentimentais e comportamentais para os filhos, que podem adquirir transtornos mentais, delinquência, problemas de adaptação social, ansiedade, depressão, baixa autoestima, além de baixo desempenho escolar.

Além disso, este estudo aponta que os filhos que cresceram em lares testemunhando a violência entre os pais podem futuramente reproduzir estes padrões de comportamento. As meninas, ao se tornarem adultas, podem se envolver em relacionamentos violentos, enquanto os meninos podem se tornar companheiros agressivos, perpetuando assim, o ciclo de violência vivido pelos pais (Miranda, de Paula, Bordin, 2010). Este fato também pôde ser observado na maioria das entrevistas que foram realizadas. Desde a primeira entrevistada, este assunto foi um dos comentados pela maioria das usuárias, que disseram tentar ao longo de seus relacionamentos entender as raízes daqueles comportamentos agressivos de seus companheiros. Das entrevistadas, quatro apontaram que os companheiros tinham um histórico de violência na família, e que tinham relacionamentos conturbados com seus pais, apontando uma possível relação desses fatos com a conduta violenta dos parceiros.

E1: Ele não é uma pessoa ruim, ele tem muitos problemas, porque ele passou por um monte de problemas quando ele era criança. O pai dele também era uma pessoa muito agressiva, entendeu... e assim, ele acabou também herdando esse lado. A mãe dele sempre foi muito permissiva (permissão) né, o pai dele nunca agrediu ela, mas xingava ela de tudo quanto era nome. Entendeu, então assim, ele até pegou um pouco isso né... por causa da relação que ele teve com o pai dele. O pai dele chegava bêbado em casa e tirava ele da cama pra dar surra, às vezes ele tava comendo, e tirava o prato de comida e jogava fora, entendeu, eram coisas cruéis, que ele às vezes não podia entrar em casa, enquanto o pai dele não dormisse. . E a mãe sempre permitiu isso tudo, entendeu? Eu jamais permitiria isso. –Entrevistada 1

E2: É, a mãe e o pai também batiam e tudo, essas coisas né que hoje assim, os filhos são cobrados demais, porque antigamente o bater era a maneira que tinha de aprender, de educar. Eu soube também que o pai dele discutia com a mãe, com ele... pode ter afetado né? –Entrevistada 2

E3: Olha... a família dele é muito complicada. Era não, é. A mãe dele vive com um cara casado, é um rolo. E o pai... eu acho que o problema do filho eu acho que é isso mesmo, problema de família. O pai vive uma orgia com uma mulher e a filha dela... então tipo assim, a família é toda errada... entendeu... mas eu só vim observar quando eu já tava casada com ele. Porque quando você vai de visita tudo é mil maravilhas. Depois que você convive, aí que você vê realmente como é as coisas. – Entrevistada 3

E4: Ah eu acho que vem de família sim, ele tem um histórico muito triste em relação aos pais porque ele cresceu, no convívio, o pai tinha duas mulheres e teve filho com as duas mulheres e a babá tem filho que é irmão dele...então é muita confusão. Ele não comenta o que passou com os pais, mas ele não gosta do pai porque deixa ele sozinho, não liga pra ele, não faz questão de levar os remédios que o pai precisa, porque já teve um câncer de próstata... então ele já tá muito debilitado e eu falo: “puxa é seu pai. Por mais que ele tenha errado, ele é ser humano, pensa no teu futuro. Poxa, você também é pai, você não ia gostar...” . Ele é bem magoado com o pai. – Entrevistada 4

Em algumas falas, nota-se a tentativa de compreensão das usuárias em relação as experiências vivenciadas por seus companheiros, sentindo algumas vezes um

sentimento de pena pelos fatos vivenciados, embora tenham a percepção de que tais atos não deveriam ser reproduzidos.

E1: Mas nossa, eu tenho muita pena dele também em relação a essas coisas, e eu atribuo esse jeito todo dele às vezes a essas coisas. Então você acaba se penalizando até demais às vezes, entendeu, e não deve. –Entrevistada 1

E4: Aí eu acredito que venha... às vezes eu até tento compreendê-lo...o que não justifica (a violência por parte do companheiro), é o que eu falo pra ele “não justifica”, porque ele diz que não sabe de nada, não lembra de nada, “meu Deus o que que eu fiz?” (companheiro)...entende? - Entrevistada 4

4.3.3 Ajuda no trabalho

Em relação a pedir ajuda para algum funcionário do seu trabalho sobre a violência doméstica que vivenciaram, somente uma entrevistada solicitou auxílio, que foi a Entrevistada 3, devido a sua história ter ficado conhecida pelos funcionários da empresa por ter sido diretamente prejudicada pela amante do seu ex-marido no seu local de trabalho. De acordo com essa entrevistada, que recebia ameaças e difamações em seu ambiente de trabalho pela amante do seu ex-marido, ela pediu auxílio para uma colega de trabalho, que indicou o CEOM Zuzu Angel. Além de pedir ajuda a essa amiga, ela também pediu apoio da empresa diante da situação em que se encontrava, e disse que a empresa nada fez para ampará-la, nem indicou alguma instituição que ela pudesse ter informações sobre como proceder diante do que estava acontecendo. A empresa só tentava evitar o encontro das duas transferindo a Entrevistada 3 para outras lojas, e demitiu o ex-marido. Além disso, a gerência pedia para que ela tivesse uma conduta passiva, ignorando os insultos proferidos pela amante, com insinuações de que ela poderia ser demitida.

E3: Então hoje, até meu trabalho hoje tá ameaçado por causa disso também. Porque tipo assim empresa, ela não resolve o problema, ela se livra do problema. Então ela tem a capacidade de contratar como tem a capacidade de mandar embora. Então tipo assim, até hoje me afeta no trabalho... eu já digo até que em janeiro eu vou ser mandada embora.

P: Não te deram apoio nenhum?

E3: Em termos de agir não. A única coisa que fizeram foi só mandar ele ir embora. Mas apoio, não. Até quando eu largava meu posto, quando eu não aguentava quando ela vinha passando, a gerente mesmo falou: “você tem que aguentar, você não tem que sair do seu posto”. Eu digo gente, mas olha só, minha vontade é de arrebentar ela, porque ela tá vindo no meu trabalho. Aí a gerente falava: mas você trabalha... é o seu trabalho. Se você agir assim você vai embora por justa causa, finge que não é com você”.

E3: Na loja tem várias câmeras... e eu mesmo conheço. Então a loja em si também poderia me dar apoio nisso. – Entrevistada 3

A inércia da empresa em apoiar sua funcionária diante da situação que ela estava vivenciando só fez com que esta se sentisse mais desamparada e ameaçada em perder seu emprego, além de mostrar um despreparo desta empresa diante de situações de violência doméstica, enquadrando esta, tal como aponta Leal (2015), como uma situação privada onde somente os envolvidos devem resolver o problema, desconsiderando as experiências e consequências negativas que a violência produz.

A Lei Maria da Penha permite a mulher se ausentar de seu trabalho, e garante a manutenção do vínculo de trabalho em situações de violência doméstica, conforme o parágrafo 2º do artigo 9º:

“§ 2º O juiz assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica:

I - acesso prioritário à remoção quando servidora pública, integrante da administração direta ou indireta;

II - manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até seis meses.”

(BRASIL, 2006)

As outras entrevistadas não contaram para nenhum colega de trabalho sobre o que vivenciavam no âmbito doméstico, alegando sentirem-se envergonhadas e com receio da reação das pessoas.

E1: Ai não falo porque...como falar disso né, que tem uma pessoa te fazendo mal...porque assim, o que as pessoas vão falar pra você, ai sai disso, vai embora,

acabou, e não tá vivendo a minha vida pra saber...é muito difícil. Então assim, eu evito falar. Eu não sou muito de ficar contando as minhas coisas pra ninguém, né. É complicado... nem todo mundo entende, nem todo mundo, assim é... tem uma palavra amiga pra dizer entendeu, porque às vezes você não quer escutar nada, só quer falar...né, só isso, só um apoio. Já viu que todo mundo tem solução pro problema do outro? Todo mundo tem, na ponta da língua, mas às vezes não olha pra sua própria vida, então assim, eu evito falar. – Entrevistada 1

E2: Não, não, esse lance aí eu não falava não. Eu tinha vergonha de falar que eu apanhei, imagina, é horrível né...você depois de ter crescido, casar e dizer que tem apanhado do marido eu acho uma coisa horrível... Eu tinha medo de falar com as pessoas, eu acho que eu tinha assim, até um bloqueio, sabe, de me relacionar com as pessoas, até no ambiente de trabalho. Na verdade eu também nunca fui muito aquela pessoa expansiva, eu nunca fui. Mas eu acho que meu casamento piorou. Ele me fez ficar mais fechada ainda. – Entrevistada 2

E4: Não, não. Eles imaginam apenas que é ciúmes... crise de ciúmes que ele tá tendo. Eu sempre digo que ele não é muito compreensivo pros técnicos né, para os profissionais. Mas sobre ele ser agressivo comigo eu não falo.- Entrevistada 4

E5: Não, eu não falei com ninguém do meu trabalho sobre isso, porque eu não gostava, isso fazia eu me sentir mal. – Entrevistada 5

A vergonha pode ser um dos fatores que fazem com que muitas mulheres permaneçam em um relacionamento violento, o que pode resultar em anos de sofrimento ao lado do agressor. Além disso, a falta de informação de agredidas e também de empresas em como proceder diante de uma situação de violência doméstica é ainda presente, o que faz com que esse sofrimento para a mulher só se estenda, podendo chegar a casos extremos, como a morte.

Em relação a razões que podem fazer com que a mulher permaneça nesse relacionamento violento, o conceito de família como instituição sagrada, influenciada por concepções religiosas, também foi um assunto que surgiu nas entrevistas, onde o casamento deveria ser preservado. Entretanto, as situações violentas podem chegar a um ponto insustentável, fazendo com que essas mulheres reflitam sobre seus relacionamentos e as concepções que antes carregavam sobre isso.

E1: Então assim é...é difícil...é difícil porque você pensa em uma família né, a gente pensa no lado da família né...eu não queria o meu filho sem pai, eu não queria ser mãe solteira, mas eu não escolhi isso né...mas acaba acontecendo. Família é uma coisa sagrada e a gente tem que lutar né, mas tem hora que é difícil. – Entrevistada 1

E2: eu sentia que eu tava sendo obrigada a ficar com ele, e assim, toda a vida eu fui independente, mas eu fiquei presa... eu não sei porque, assim essa prisão... foi porque eu sempre fui muito assim pela família, tanto que eu não queria, eu não queria chegar ao ponto de me separar, de me divorciar e tudo, mas não deu e...eu acho que eu apostei muito no casamento. E não aconteceu do jeito que eu esperava...– Entrevistada 2

E3:Eu sou evangélica. Tipo assim, eu casei pra viver a vida toda e minha mãe sempre falou isso. Porque minha mãe é aquelas antigas, então tipo assim casamento tem que durar a vida toda. Mas já quando eu vim aqui pro Rio eu disse que não é bem assim... eu não acho que eu vou querer um cara me maltratando, fazendo as coisas errada e manter as aparências. Ou eu vou ser feliz ou não vou ser. – Entrevistada 3

As entrevistadas 4 e 5 apontaram que permaneciam em seus relacionamentos mais pela questão financeira. Embora trabalhassem, não tinham a independência necessária para pagar as despesas sozinhas de uma casa e de seus filhos. A Entrevistada 5 conseguiu se separar com a ajuda do irmão, que ofereceu dividir um aluguel com ela. Já a Entrevistada 4 permanece com o companheiro e tem esperança de conseguir um emprego melhor para que possa sair de casa com suas filhas.

E4: Eu só estou com ele hoje por causa da empresa. Porque hoje eu já nem ligo mais. Se eu tiver, como eu te falei... eu cheguei num ponto de falar pra ele que se eu tivesse uma renda fixa, eu não estaria morando com ele. Eu pegaria as minhas filhas e ia sumir. Eu já falei, já fui bem clara com ele, já falei com ele que eu moro com ele porque eu tenho muito medo de não conseguir viver... meu maior medo é de chegar a faltar algo para as minhas filhas.

O medo da reação dos companheiros diante de uma separação também foi um dos motivos que as entrevistadas 4 e 5 permaneceram mais tempo em suas relações. O

receio pelos filhos ou por sua própria vida fez com que inibissem por mais tempo a vontade do rompimento com a violência. A entrevistada 4 ainda vive esta angústia.

E4: eu tenho medo que ele se revolte e faça alguma maldade comigo, com as minhas filhas... porque como ele já me bateu no passado, o que me garante que ele não vai... e ele já falou pra mim que não tem mais nada a perder...ele faz ameaças, que não tem mais nada a perder. Então, pra ele pouco custa fazer uma maldade. – Entrevistada 4

E5: eu por medo da reação dele eu não tive coragem antes entendeu, de tomar uma decisão, de fazer uma ocorrência, nada disso. – Entrevistada 5

4.3.4 Trabalho como válvula de escape

Por mais que as entrevistadas tenham apontado que a violência doméstica afetou seus trabalhos de alguma forma, impactando principalmente na produtividade e na rotina laboral, todas disseram que percebem o seu trabalho como uma “válvula de escape”, uma fuga do que viviam no âmbito doméstico. Através de suas atividades no trabalho, elas tentavam se ocupar com as suas atribuições, tentando esquecer aqueles momentos que vivenciaram com seus parceiros.

E1: Pode ver, quando eu estou com muito problema eu me enfio dentro do trabalho. Eu fico lá dentro direto, tem dias que eu vou para o meu trabalho de manhã e só saio de lá depois de 11h da noite, entendeu? – Entrevistada 1

E2: eu sempre cumpria né, com a minha obrigação. E quando eu entrava lá (no trabalho) eu procurava até esquecer. Era um refúgio. Porque lá era outro estresse né, então você... a sua vida era um sacode porque você tinha que viver o estresse do trabalho, que era muito mesmo. Aí lá eu me distraía porque era o telefone tocando o tempo todo, gente chegando no balcão, então você acabava esquecendo. Foi bom também, o estresse (do trabalho) também foi bom pra distrair do que eu tava vivendo. No final das contas foi bom (risos) – Entrevistada 2

E3: O trabalho foi o que mais não deixou eu cair em depressão porque... porque se eu tivesse em casa ia juntar um monte de coisa na minha cabeça entendeu... então no

trabalho eu tava lidando com pessoas, vinha um e me dava uma palavra de conforto... eu sempre queria que chegasse o outro dia pra eu poder sair. Pra poder ir para o trabalho, pra conversar com as pessoas... então eu acho que uma das bases foi o trabalho. – Entrevistada 3

E4: na verdade tudo o que eu quero é trabalhar. Viver esse lado. Me libertar um pouquinho do que eu vivo com ele. Quando eu tô trabalhando eu ocupo a cabeça, fico um pouco longe dos problemas, por mais que ele tente me controlar né... – Entrevistada 4

E5: Com certeza meu trabalho ajudou muito. Assim, era o momento que eu tinha paz, eu não tinha vontade nem de voltar pra casa. A única vontade que eu tinha de voltar pra casa era por causa do meu filho. Mas eu não tinha nem vontade (de voltar pra casa), por mim se eu pudesse trabalhar eu continuaria trabalhando o tempo todo pra não voltar entendeu. Mas foi mesmo (uma válvula de escape). – Entrevistada 5

O contato com os colegas de trabalho também auxiliava a esquecer dos problemas de casa, embora a maioria das entrevistadas não tenha contado sobre a questão da violência. O estresse, aborrecimento e a tristeza de um relacionamento agressivo tentavam ser deixados de lado quando essas mulheres estavam em suas atividades laborais, realizando suas tarefas e se relacionando com os funcionários do local, conversando sobre diversos assuntos, principalmente sobre as questões do trabalho.

É importante perceber que ao mesmo tempo em que as atividades de trabalho possam gerar estresse, preocupação e influenciar na saúde da funcionária, somados com as consequências de uma violência doméstica vivenciada, o trabalho também gera prazer e satisfação, na medida em que a mulher sai do convívio daquela relação enquanto está trabalhando, consegue refletir melhor sobre a situação e tentar romper com o ciclo de violência pedindo, por exemplo, ajuda a alguém, como foi o caso das entrevistadas. O sentimento de liberdade e independência enquanto estavam no trabalho também foi apontado como uma satisfação.

E5: Pra falar a verdade o trabalho sempre ajuda né porque a gente tem o dinheiro da gente entendeu... a gente se sente um pouco mais dona da gente porque quando a gente depende financeiramente de tudo do homem parece que é mais um trabalho assim, não sei explicar direito, mas parece que é mais um trabalho pro homem (de sustentar tudo),

é mais um esforço, então a gente tendo o dinheiro da gente é melhor entendeu... é melhor, a gente se sente mais viva, a gente se sente mais útil quando a gente tem um trabalho... muito melhor. – Entrevistada 5

4.3.5 Pedido de ajuda para o CEOM Zuzu Angel como estratégia diante da violência doméstica

As entrevistadas colocaram que o CEOM Zuzu Angel auxiliou na busca de estratégias para lidar com a situação da violência doméstica, incluindo em suas relações com o trabalho. A instituição permitiu que elas refletissem sobre seus relacionamentos, tivessem maiores informações e acesso em relação aos seus direitos, esclarecessem dúvidas e buscassem possibilidades de romper com a violência. Afirmaram que são bem atendidas no local, e o carinho e atenção da equipe auxiliam na tentativa de recuperação da violência, dando ânimo e vontade de viver.

E1: Eu gosto muito do CEOM, a assistente social que me atende é uma pessoa maravilhosa, tão calma, deixa a gente tão tranquila, dá vontade de ir para o trabalho, ajuda muito, porque você acaba se sentindo mais solta, mais a vontade. Ela me ajuda a pensar melhor, entendeu, assim, às vezes eu penso em alguma coisa que estivesse muito fechada, muito trancada, muito difícil, e ela vai e abre um leque, entendeu? Me dá algumas opções. Ela me faz pensar nessas opções, entendeu. Ela não implanta assim, “ah você faz assim e assim”, então ela me faz abrir mais a mente sabe. É uma benção que a gente tem. Eu acho que sou muito abençoada (risos). – Entrevistada 1

E2: É, me fortaleceu pra caramba. Me fez assim, eu entender quem sou eu também né, que eu também tenho o meu espaço, que eu também tenho o meu jeito de ser, que eu tenho tanta oportunidade de chegar, falar, de agir, como todo mundo, entendeu? Aí pra mim foi bom sim. – Entrevistada 2

E3: Ajudou a me botar de pé. Tipo assim, eles falavam (os profissionais): olha, não faz isso, deixa pra lá... eu emagreci, tinha emagrecido tanto... hoje graças a Deus eu voltei ao meu peso normal. Então foi a mais que me deu meu força (O CEOM,) entendeu... lá

tive explicações, me deram orientação, o que eu devia fazer, o que eu não devia. – Entrevistada 3

E4: É uma válvula de escape porque cada vez que eu vou lá (no CEOM) é como se eu saísse de lá mais leve. As pessoas me ouvem... na verdade eu tenho vergonha porque o nosso círculo de amizade, o meu círculo de amizade não imagina que eu viva isso. Mas fui lá porque eu tava num processo depressivo muito longo e as minhas filhas já estavam sofrendo muito com isso, então... eu tinha que procurar uma maneira de ser feliz porque isso só me trazia coisas ruins... entendeu... então, até pra minha saúde mesmo. – Entrevistada 4

E5: Eu fui lá na psicóloga, procurar uma psicóloga e lá eles me deram o maior apoio assim, que eu tava precisando, me deram o maior apoio entendeu. Senti uma acolhida que eu não tinha... como eu vim de outra cidade, eu senti um apoio muito grande deles. É um trabalho muito sério. Eles têm o abrigo também, me ofereceram o abrigo, só que como eu tinha um irmão que acabou me ajudando, que eu vim morar aqui perto entendeu, ele me ajudou a alugar uma casa, então não precisou eu ir para o abrigo. Graças a Deus não foi preciso. – Entrevistada 5

Nas entrevistas, duas usuárias apontaram que receberam também auxílio jurídico em relação aos seus casos, em como proceder com o divórcio. Além disso, a Entrevistada 3 processou a amante de seu ex-marido por danos morais com a orientação da instituição.

E3: Eu processei ela. O CEOM me ajudou nisso também porque se eu não fizesse alguma coisa ela ia achar que eu era uma mosca morta. E também pedi o divórcio com a ajuda do CEOM. – Entrevistada 3

E5: Também teve a advogada de lá de dentro (do CEOM) que me ajudou muito também entendeu, com todas as dúvidas que eu tinha com relação ao meu divórcio, a tudo entendeu... me ajudou muito também.- Entrevistada 5

Através do empoderamento dessas usuárias, proposto pela instituição, elas podem refletir sobre suas vidas, entender que não estão sozinhas e que podem romper com o ciclo de violência, propiciando uma melhora nas suas vidas, inclusive em relação ao trabalho, não o abandonando, e sim o percebendo como um instrumento que tem sua

rotina envolvida pelos problemas que uma atribuição possui, podendo causar certas consequências físicas e psicológicas em seus funcionários, mas ao mesmo tempo pode ser uma fuga diante da situação de violência que enfrentaram, propiciando um alívio no momento em que trabalham, além de trazer uma satisfação de se sentirem úteis e independentes de suas vidas, auxiliando na ruptura com a violência.

V CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de campo no Centro de Orientação Especial à Mulher Zuzu Angel, que propiciou a realização da observação participante, levantamento documental e entrevistas com as usuárias que aceitaram o convite, além das leituras realizadas em torno do tema da violência contra a mulher em âmbito doméstico e suas possíveis relações com o trabalho destas agredidas permitiram inferir que essa forma de violência praticada pelo parceiro afeta a atividade laboral, trazendo consequências na produtividade e na rotina de trabalho, sendo difícil separar os problemas de casa das atribuições de seus empregos. O estresse, falta de concentração, preocupação e tristeza foram sintomas apontados pelas entrevistadas quando estavam trabalhando e vivenciando a situação da violência pelos seus parceiros. O controle e o ciúme também foram pontos destacados pelas usuárias, que influenciaram na rotina de trabalho destas.

Através das entrevistas foi possível observar também fatores considerados potencializadores para o surgimento da violência doméstica, como o uso do álcool. A literatura encontrada em torno dessa questão (Saffioti, 1987) aponta que o consumo de bebidas alcoólicas pode se dar diante de um fracasso em cumprir expectativas que tradicionalmente deveriam ser desempenhadas pelo papel do homem, podendo ter como consequência a violência. Nota-se que por mais que já tenha ocorrido uma transição de gênero, que modifica os papéis tradicionalmente desempenhados por homens e mulheres na sociedade, essa mudança é ainda gradual e “sofrida” devido a dominação masculina ainda presente. Homens e mulheres sofrem com essa dominação e o processo de transição de gênero vem para piorar a situação das mulheres, aumentando sua carga de atribuições não só em casa como também no mundo do trabalho. Esta dupla jornada de trabalho também foi comentada pelas entrevistadas, que se sentem cansadas e sozinhas para realizarem inúmeras atividades.

Nas entrevistas também foi detectado nas falas de quatro das usuárias que a violência que vivenciavam afetava de alguma forma o comportamento de seus filhos, gerando neles inquietação, agressividade e medo, podendo acarretar em futuros traumas. Além disso, elas também apontaram que os companheiros tinham um histórico de violência na família, relacionando este fato com a conduta agressiva de seus parceiros. Deste modo, apesar desta questão não ser objeto direto desta pesquisa, a literatura tem destacado que a violência doméstica pode acabar sendo reproduzida pelos filhos, perpetuando a dominação masculina existente (Miranda, de Paula, Bordin, 2010).

Uma questão colocada pelas entrevistadas é que por mais que a violência doméstica afetasse seu trabalho, principalmente no rendimento e na rotina de trabalho, este era uma válvula de escape, uma fuga diante dos problemas que vivenciavam com seus companheiros. Ao mesmo tempo em que é difícil separar os problemas de casa com os do trabalho, este acaba sendo um motivador para seguir em frente com suas vidas, onde a ocupação com as atividades laborais era uma tentativa de esquecer as experiências vividas pelo relacionamento agressivo. Além disso, o trabalho também pode ser visto como um momento de reflexão sobre suas relações, podendo trazer autonomia e liberdade para essas mulheres, que pode influenciar na tentativa de rompimento com a violência.

Além dessas questões levantadas, nota-se também que a maioria das entrevistadas não pediu ajuda para algum colega de trabalho por vergonha da situação que vivenciavam e por medo de seu parceiro provocar algum dano para elas ou seus filhos se descobrisse a ajuda. Estas são algumas das causas que fazem com que muitas mulheres permaneçam com seus relacionamentos violentos por mais tempo, gerando mais sofrimento para elas e seus familiares, como os filhos.

Durante as entrevistas, observou-se que uma das estratégias para romper com o ciclo de violência que estavam vivenciando foi pedir ajuda a algum conhecido ou instituição, onde através desses intermediários elas conheceram o CEOM Zuzu Angel. De acordo com as usuárias, esta instituição auxiliou na tentativa de rompimento com a violência, fornecendo informações sobre seus direitos, instituições que pudessem ampará-las, como a Casa-Abrigo, e principalmente elas apontaram o apoio e carinho que os profissionais do CEOM Zuzu Angel ofereciam, criando mais alternativas de romper com a violência que sofriam.

As entrevistas propiciaram observar questões que estão em torno do tema violência doméstica e trabalho, percebendo que se não fossem comentados, parte do entendimento da relação pesquisada estaria perdido. Infelizmente não puderam ser realizadas entrevistas com todas as 23 usuárias cujas fichas foram levantadas no trabalho de campo, por mais que a pesquisadora tenha se esforçado em realizá-las em um curto prazo. Do levantamento documental, foi observado somente o possível, que foram os dados encontrados nas fichas, fornecendo informações limitadas sobre o perfil destas usuárias, o que em uma entrevista poderia ser melhor aprofundada a relação questionada por esta dissertação.

As contribuições teóricas sobre o conceito e conseqüências da violência contra a mulher, e as lutas de movimentos feministas e da sociedade civil muito auxiliaram e ainda ajudam na criação de direitos para as mulheres, construindo instrumentos jurídicos e documentos que os efetivem. A rede de enfrentamento à violência contra a mulher, com seus programas, políticas e serviços precisa ser cada vez mais ampliada pelo país para que mais mulheres tenham acesso. Além disso, essa rede precisa estar sempre aberta a novas percepções, propostas e perspectivas, que podem melhorar o atendimento e criar novas possibilidades de combate a violência contra a mulher, inclusive a doméstica.

A relação violência doméstica e trabalho precisa ser mais aprofundada pelas contribuições teóricas que na maioria das vezes discutem essas esferas separadamente. Perceber que esses temas podem ter relações e a questão da violência doméstica pode afetar a atividade laboral de mulheres agredidas é um passo para novas reflexões acerca do tema da violência contra a mulher a fim de discutir alternativas de apoio para o rompimento deste problema de saúde pública.

VI REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. 12ª edição. Editora Bertrand Brasil Ltda. Rio de Janeiro, 2014.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm (Acessado em: 27 de dezembro de 2015)

BRASIL, DECRETO Nº 7037, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm#art7 (Acessado em: 28 de dezembro de 2015)

BRASIL, LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2006. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnpm_compacta.pdf (Acessado em: 12 de janeiro de 2016)

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013-2015. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. Disponível em: http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/images/stories/PDF/docsfund/SPM_PNPM_2013.pdf (Acessado em: 13 de janeiro de 2016)

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2008. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/ii_pnpm.pdf (Acessado em: 12 de janeiro de 2016)

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011. Disponível em: <http://spm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2011/politica-nacional> (Acessado em: 13 de janeiro de 2016)

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Diretrizes Nacionais para o Abrigamento de Mulheres em Situação de Risco e de Violência. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011. Disponível em: <http://spm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2011/abrigamento> (Acessado em: 16 de janeiro de 2016)

BRASIL. RESOLUÇÃO Nº 05, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2006.

BRITO, Jussara Cruz de. Enfoque de gênero e relação saúde/trabalho no contexto de reestruturação produtiva e precarização do trabalho. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, jan. 2000.

BRITO, Jussara Cruz de. O trabalho e saúde coletiva: o ponto de vista da atividade e das relações de gênero. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 10, n. 4, p.879-890, 2005.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Capítulo 1. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

CARRARA, Sérgio. Masculinidades em crise. Palestra proferida no CPFL Cultura. 2009. Disponível em <http://www.cpficultura.com.br/site/2009/12/04/integra-masculinidades-em-crise-sergio-carrara/> (Acessado em: 25 de novembro de 2015)

CHAUÍ, Marilena. Participando do Debate sobre Mulher e Violência. In: Franchetto, Bruuna, Cavalcanti, Maria Laura V. C. e Heilborn, Maria Luiza(org.). *Perspectivas Antropológicas da Mulher 4*, São Paulo, Zahar Editores, 1985.

DANTAS-BERGER, Sônia Maria; GIFFIN, Karen. A violência nas relações de conjugalidade: invisibilidade e banalização da violência sexual? *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 21(2):417-425, mar-abr, 2005.

Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres. Resolução da Assembléia Geral das Nações Unidas, dezembro de 1993. Disponível em: http://direitoshumanos.gddc.pt/3_4/IIIPAG3_4_7.htm (Acessado em 27 de dezembro de 2015).

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, vol. 12, nº1, janeiro-abril/2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000100004. (Acessado em: 10 de janeiro de 2016)

FLICK, Uwe. *Desenho da pesquisa qualitativa*. Coleção Pesquisa Qualitativa (Coordenação de Uwe Flick). Porto Alegre: Bookman, Artmed, 2009.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. 13ª ed. Edições Graal. Rio de Janeiro, 1999.

GIFFIN, Karen. Estudos de Gênero e Saúde Coletiva: teoria e prática. *Saúde em Debate*, 46: 29-33, 1995.

GIFFIN, Karen. Pobreza, desigualdade e equidade em saúde: considerações a partir de uma perspectiva de gênero transversal. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro 18 (Suplemento): 103-112, 2002.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GOODE, Willian J. ; HATT, Paul K. *Métodos em pesquisa social*. Capítulo 13. 5ª ed. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1968.

GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e Queixas: Um Estudo sobre Mulheres, Relações Violentas e a Prática Feminista*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

HARVEY, David. Do Fordismo à Acumulação Flexível. In: *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. *Cad. Pagu, Campinas*, n. 17-18, 2002.

Instituto de Segurança Pública. Dossiê Mulher 2015. Disponível em: http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/uploads/DossieMulher2015.pdf

(Acessado em: 11 de janeiro de 2016)

KERGOAT, Danièle. As Relações Sociais de Sexo. In: *Divisão Sexual do Trabalho e Relações Sociais de Sexo* (trad. Miriam Nobre). In: Hirata, H.; Laborie, F.; Le Doaré, H. & Senotier, D. (orgs). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009 (p. 67-75).

LEAL, Sandra Maria Cezar. Conflitos entre parceiros íntimos. In: FLEURY-TEIXEIRA, Elizabeth; MENEGHEL, Stela N. (Org.). *Dicionário Feminino da Infâmia: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência*. Rio de Janeiro. Editora FIOCRUZ, 2015.

MATEUS, Elizabeth do Nascimento. A Lei Maria da Penha e os direitos humanos da mulher no contexto internacional. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XIII, n. 79, ago 2010. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8243#

(Acessado em 27 de dezembro de 2015)

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14 ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza & SANCHES, Odécio. Quantitative and Qualitative Methods: Opposition or Complementarity? *Cad. Saúde Públ.*, Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/ sep, 1993.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; GOMES, Romeu; DA SILVA, Cláudio Felipe Ribeiro. Violência contra a mulher: uma questão transnacional e transcultural das relações de gênero. In: Impacto da violência na saúde dos brasileiros / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde – Brasília: Ministério da Saúde, 2005. p. 118-139.

MIRANDA, Milma Pires de Melo; DE PAULA, Cristiane Silvestre; BORDIN, Isabel Altenfelder. Violência conjugal física contra a mulher na vida: prevalência e impacto imediato na saúde, trabalho e família. Rev Panam Salud Publica. 2010; 27(4): 300-8.

Organização das Nações Unidas. Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres, 1979. Disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/discrimulher.htm> (Acessado em 29 de dezembro de 2015)

Organização das Nações Unidas. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Assembléia Geral das Nações Unidas, dezembro de 1948. Disponível em: http://portal.mj.gov.br/sedh/11cndh/site/pndh/sis_int/onu/convencoes/Declaracao%20Universal%20dos%20Direitos%20Humanos-%201948.pdf (Acessado em: 29 de dezembro de 2015)

Organização das Nações Unidas. Una-se pelo fim da violência contra as mulheres. Disponível em: <http://www.onu.org.br/unase/sobre/situacao/> (Acessado em 6 de janeiro de 2016)

PASINATO, Wânia. “Femicídios” e as mortes de mulheres no Brasil. Cad. Pagu (online). 2011, n.37, pp.219-246. ISSN 0104-8333.

PASINATO, Wânia; SANTOS, Cecília MacDowell. Mapeamento das delegacias da mulher no Brasil. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp, 2008.

Pesquisa Data Popular e instituto Patrícia Galvão. Percepção da sociedade sobre violência e assassinatos de mulheres. Brasil, 2013. Disponível em pdf: http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2013/livro_pesquisa_violencia.pdf/view (Acessado em 9 de novembro de 2015)

PULEO, Alicia. “Filosofia e gênero: da memória do passado ao projeto de futuro”. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia (Orgs.). Políticas públicas e igualdade de gênero. 1ª ed. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. p.13-34.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. São Paulo Perspec. (online). 1999, vol.13, n.4, pp.82-91.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. O Poder do Macho. São Paulo, Moderna, 1987.

SANTO, Iane Garcia do Espírito. Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, IX, n. 35, dez 2006. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1521 (Acessado em: 28 de dezembro de 2015)

SANTOS, Cecília Macdowell; IZUMINO, Wânia Pasinato. Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil. Revista E.I.A.L. Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe, 2005.

SCOTT, Joan. Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press, 1989.

SWANBERG, Jennifer E.; LOGAN, T. K.; MACKIE, Caroline. Intimate partner violence, employment, and the workplace: consequences and future directions. Trauma Violence Abuse. 2005; 6(4):286–312.

VENTURI, Gustavo. (Org.); GODINHO, Tatau. (Org.). Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado - uma década de mudanças na opinião pública. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo e Editora SESC SP, 2013.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. Rev. Estu. Fem., 2001, vol. 9, nº 2, p. 460-482.

Website:

Secretaria de Políticas para as Mulheres- <http://www.spm.gov.br/>

APÊNDICE A

Roteiro de entrevista para as mulheres atendidas no CEOM Zuzu Angel

- Como conheceu o CEOM?
- Em que momento você percebeu que estava vivenciando alguma forma de violência pelo seu parceiro ou ex-parceiro?
- Qual era/é a função que você desenvolveu/desenvolve em seu trabalho?
- Essa experiência afetou o seu trabalho de alguma maneira?
- Sua rotina de trabalho foi modificada?
- Você utilizou alguma estratégia para lidar com a situação do seu trabalho frente a essa violência? Quais foram? Por exemplo, pediu ajuda a alguém?
- O CEOM auxiliou na construção de estratégias no seu trabalho?
- O seu trabalho ajudou na busca de alguma estratégia para lidar com a situação de violência?
- Você gostaria de falar mais alguma coisa?

APÊNDICE B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA AS USUÁRIAS

Prezada participante,

Você está sendo convidada a participar da pesquisa “Relações entre mulheres trabalhadoras e violência doméstica: representações de mulheres atendidas em um Centro de Atendimento à Mulher”, desenvolvida por Jasmin Gladys Melcher Echeverria, discente de Mestrado em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ), sob orientação da Professora Dr^a. Maria Helena Barros de Oliveira e coorientação da Professora Dr^a Regina Maria de Carvalho Erthal.

O estudo em questão tem como objetivo analisar as relações entre mulheres em situação de violência doméstica e o seu trabalho a partir das percepções dessas mulheres agredidas por seus companheiros ou ex-parceiros que estão sendo atendidas no Centro Especial de Orientação à Mulher Zuzu Angel (CEOM Zuzu Angel).

Este estudo irá incluir apenas pessoas que concordarem em participar. É importante comentar que você pode discutir sua decisão com seus amigos, família, entre outros.

Você está sendo convidado a participar desta pesquisa porque verificamos nas fichas de acompanhamento do CEOM Zuzu Angel que você sofreu uma forma de violência doméstica e possui ou possuía na época da violência um trabalho remunerado.

Gostaríamos de fazer perguntas sobre como essa experiência afetou o seu trabalho, se sua rotina foi modificada e quais estratégias foram utilizadas para lidar com a situação do seu trabalho diante da violência sofrida. Você vai participar de uma entrevista individual, com um roteiro de perguntas, onde poderá se expressar livremente.

Esta pesquisa tem a intenção de compreender as possíveis relações entre a violência doméstica e o trabalho de mulheres que sofreram essa forma de violência, tendo como um dos questionamentos como essa violência pode afetar o trabalho dessas mulheres. As informações adquiridas durante a pesquisa poderão auxiliar em novas reflexões sobre o tema. Além disso, haverá um retorno da pesquisa para os profissionais da instituição, visando possíveis discussões com eles sobre o assunto.

Serão convidadas mulheres que estão sendo atendidas nesta instituição consideradas em situação de violência e que têm ou tiveram um trabalho remunerado durante o período de violência. O período das entrevistas acontecerá em torno de 4 meses, onde serão esclarecidos e apresentados os objetivos da pesquisa, e será perguntado se a pessoa aceita participar.

Você irá participar de uma entrevista individual com a pesquisadora. Não haverá uma equipe de pesquisa para realizar a entrevista, somente a pesquisadora fará isso. Você poderá falar sobre a sua história em relação a violência doméstica que sofreu ou sofreu, como conheceu o CEOM Zuzu Angel, e se essa experiência afetou seu trabalho de alguma forma. Também será perguntado se o CEOM Zuzu Angel lhe ajudou a criar estratégias para conduzir essa situação no seu trabalho.

Seus dados pessoais (como idade, etnia, escolaridade e dados de situação econômica e trabalho remunerado) serão acessados através da sua ficha de acompanhamento no CEOM Zuzu Angel.

Caso você e a pesquisadora perceberem a necessidade de uma nova entrevista deverá haver um acordo sobre os temas a serem aprofundados.

A entrevista poderá ser gravada, mediante sua autorização, e transcrita. A pesquisadora poderá fazer anotações. Você pode pedir para desligar o gravador a qualquer momento. Seu nome verdadeiro não será registrado nas notas nem usado em publicações ou relatórios de estudos. Somente as pessoas que trabalham na pesquisa, que são a pesquisadora, sua orientadora e co-orientadora, poderão ler as anotações, transcrições e ouvir as gravações.

Além da entrevista, este estudo qualitativo irá observar e descrever a instituição e seu funcionamento.

A entrevista deverá ter uma duração de cerca de quarenta minutos a uma hora. Entrevistas posteriores podem ser combinadas entre a pesquisadora e a usuária do atendimento do CEOM Zuzu Angel, levando em conta as disponibilidades de ambas.

Você pode decidir sair do estudo a qualquer momento, mesmo que já tenha iniciado a entrevista. Você não será prejudicado em seus atendimentos da instituição nem será penalizado de nenhuma maneira caso se negue a participar do estudo ou decida interromper sua participação por qualquer motivo. Apenas diga à pesquisadora que não deseja mais participar. A pesquisadora também poderá afastá-lo do estudo caso acredite que seja de seu interesse ou se o estudo for interrompido.

Ao participar de uma entrevista você pode achar que algumas perguntas são inconvenientes ou te incomodam de alguma forma. Caso alguma pergunta cause desconforto ou deixe você chateado, você pode não responder ou interromper a entrevista.

A entrevista será realizada no CEOM Zuzu Angel, em uma sala da instituição, onde o profissional que está atendendo a usuária também poderá permanecer, se esta se sentir mais a vontade com sua presença. A pesquisadora não comentará com outros participantes sobre quem está incluído no estudo.

O profissional da instituição será instruído em relação aos sujeitos da pesquisa, ficando assim, impossibilitado de intervir na entrevista. No momento da entrevista a sala deverá ficar exclusiva para essa atividade, protegendo assim a confidencialidade das respostas. Logo, os profissionais que atuam no CEOM Zuzu Angel e as mulheres que se recusarem a assinar este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) não participarão da entrevista.

Converse com a pesquisadora caso deseje mais informações sobre riscos da participação ou se tiver sugestões para a proteção de sua privacidade.

Pode não haver benefícios diretos para você na participação do estudo. No entanto, as informações que você fornecer podem ajudar a pesquisadora e os que trabalham na pesquisa na compreensão das relações entre violência doméstica e seu trabalho, apontando para novas percepções e reflexões acerca do tema. Além disso, haverá um retorno da pesquisa, com seus resultados e percepções, para discussão com os profissionais do CEOM Zuzu Angel.

A participação em uma entrevista sempre pode envolver alguma perda de privacidade. No entanto, tomaremos todo o cuidado para que as informações pessoais que você fornecer sejam mantidas em sigilo. Seu nome e o nome das pessoas que você citar serão substituídos por outros nomes a fim de manter sua privacidade. Todo o material de pesquisa (gravações de áudio, transcrições e anotações) estará resguardado, sob a responsabilidade da pesquisadora do estudo.

Durante ou após o estudo você poderá solicitar da pesquisadora informações sobre a sua participação na entrevista e/ou sobre a pesquisa, através dos meios de contato encontrados neste documento.

Não haverá custo para sua participação. Você também não será pago para participar do estudo. A entrevista tem caráter voluntário e você pode aceitar se desejar participar.

Os resultados serão divulgados na dissertação de mestrado da pesquisadora.

Se você tiver alguma preocupação ou dúvida pode conversar com a pesquisadora. O contato da pesquisadora é:

JASMIN GLADYS MELCHER ECHEVERRIA

Programa de Mestrado Acadêmico em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP/FIOCRUZ)

Rua Leopoldo Bulhões, 1480– Manguinhos – Rio de Janeiro- RJ - CEP: 21041210

Telefones: (21) 2598-2557; 2598-2730

E-mail da pesquisadora: jasmin.melcher@hotmail.com

Para questões sobre seus direitos como voluntário em uma pesquisa, entre em contato com:

Comitê de Ética em Pesquisa da ENSP/ FIOCRUZ

Endereço: Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/ FIOCRUZ. Rua Leopoldo Bulhões, 1480– Manguinhos – Rio de Janeiro- RJ - CEP: 21041210

Tel: (21) 25982863

E-Mail: cep@ensp.fiocruz.br

<http://www.enasp.fiocruz.br/etica>

“O Comitê de Ética é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Dessa forma o comitê tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do projeto de modo que a pesquisa respeite os princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade”.

ASSINATURA DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Se você leu (ou se ele lhe foi explicado) este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, todas as suas perguntas foram respondidas e você concorda em participar deste estudo, por favor, assine seu nome abaixo e rubrique todas as páginas do termo. Todas as páginas do termo serão também rubricadas pela pesquisadora que discutiu este documento com você. Este termo é redigido em duas vias e você receberá uma para guardar consigo.

Declaro que compreendi os objetivos e condições de minha participação no estudo e concordo em participar.

Nome do participante (por extenso)

Assinatura do participante

Minhas declarações na entrevista podem ser gravadas e transcritas.

Sim

Não

_____/_____/_____

Data

Assinatura da Pesquisadora Responsável

_____/_____/_____

Data

APÊNDICE C

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA OS PROFISSIONAIS

Prezado(a) participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “Relações entre mulheres trabalhadoras e violência doméstica: representações de mulheres atendidas em um Centro de Atendimento à Mulher”, desenvolvida por Jasmin Gladys Melcher Echeverria, discente de Mestrado em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ), sob orientação da Professora Dr^a. Maria Helena Barros de Oliveira e coorientação da Professora Dr^a Regina Maria de Carvalho Erthal.

O estudo em questão tem como objetivo analisar as relações entre mulheres em situação de violência doméstica e o seu trabalho a partir das percepções dessas mulheres agredidas por seus companheiros ou ex-parceiros que estão sendo atendidas no Centro Especial de Orientação à Mulher Zuzu Angel (CEOM Zuzu Angel).

Participarão desta pesquisa mulheres que possuem fichas de acompanhamento no CEOM Zuzu Angel que sofreram ou sofrem uma forma de violência doméstica e possuem ou possuíam na época da violência um trabalho remunerado.

Gostaríamos de fazer perguntas para essas mulheres sobre como essa experiência afetou o seu trabalho, se sua rotina foi modificada e quais estratégias foram utilizadas para lidar com a situação do seu trabalho diante da violência sofrida. Ela vai participar de uma entrevista individual, com um roteiro de perguntas, onde poderá se expressar livremente.

Esta pesquisa tem a intenção de compreender as possíveis relações entre a violência doméstica e o trabalho de mulheres que sofreram essa forma de violência, tendo como um dos questionamentos como essa violência pode afetar o trabalho dessas mulheres. As informações adquiridas durante a pesquisa poderão auxiliar em novas reflexões sobre o tema. Além disso, haverá um retorno da pesquisa para os profissionais da instituição, visando possíveis discussões com eles sobre o assunto.

Serão convidadas mulheres que estão sendo atendidas nesta instituição consideradas em situação de violência doméstica e que têm ou tiveram um trabalho remunerado

durante o período de violência. O período das entrevistas acontecerá em torno de 4 meses, onde serão esclarecidos e apresentados os objetivos da pesquisa, e será perguntado se a pessoa aceita participar.

Você somente irá participar caso a entrevistada sinta-se mais a vontade com a sua presença e peça para que permaneça durante a entrevista. Entretanto, você não será entrevistado(a), somente a usuária do CEOM Zuzu Angel. Sua participação será apenas como ouvinte.

Não haverá uma equipe de pesquisa para realizar a entrevista, somente a pesquisadora fará isso. A entrevistada poderá falar sobre a sua história em relação a violência doméstica que sofre ou sofreu, como conheceu o CEOM Zuzu Angel, e se essa experiência afetou seu trabalho de alguma forma. Também será perguntado se o CEOM Zuzu Angel lhe ajudou a criar estratégias para conduzir essa situação no seu trabalho.

Os dados pessoais dessas mulheres (como idade, etnia, escolaridade e dados de situação econômica e trabalho remunerado) serão acessados através das fichas de acompanhamento no CEOM Zuzu Angel.

A entrevista poderá ser gravada, mediante autorização da entrevistada, e transcrita. A pesquisadora poderá fazer anotações. A entrevistada pode pedir para desligar o gravador a qualquer momento. Seu nome verdadeiro não será registrado nas notas nem usado em publicações ou relatórios de estudos. Somente as pessoas que trabalham na pesquisa, que são a pesquisadora, sua orientadora e co-orientadora, poderão ler as anotações, transcrições e ouvir as gravações.

Além da entrevista, este estudo qualitativo irá observar e descrever a instituição e seu funcionamento.

A entrevista com a usuária do CEOM Zuzu Angel deverá ter uma duração de cerca de quarenta minutos a uma hora. Entrevistas posteriores podem ser combinadas entre a pesquisadora e a entrevistada, levando em conta as disponibilidades de ambas.

A entrevistada pode decidir sair do estudo a qualquer momento, mesmo que já tenha iniciado a entrevista. Ela não será prejudicada em seus atendimentos da instituição nem será penalizada de nenhuma maneira caso se negue a participar do estudo ou decida interromper sua participação por qualquer motivo. Ela pode apenas dizer à pesquisadora que não deseja mais participar. A pesquisadora também poderá afastá-la do estudo caso acredite que seja de seu interesse ou se o estudo for interrompido.

Ao participar de uma entrevista a usuária pode achar que algumas perguntas são inconvenientes ou incomodam de alguma forma. Caso alguma pergunta cause desconforto ou a deixe chateada, ela pode não responder ou interromper a entrevista.

A entrevista será realizada no CEOM Zuzu Angel, em uma sala da instituição. A pesquisadora não comentará com outros participantes sobre quem está incluído no estudo.

Devido aos critérios de inclusão da pesquisa, que é voltado para entrevistar as usuárias do CEOM Zuzu Angel consideradas em situação de violência doméstica e que têm ou tiveram um trabalho remunerado durante o período de violência, você estará impossibilitado de intervir na entrevista. No momento da entrevista a sala deverá ficar exclusiva para essa atividade, protegendo assim a confidencialidade das respostas. Com a assinatura deste Termo você também estará se comprometendo com a confidencialidade dos dados produzidos durante a entrevista. Os profissionais que atuam no CEOM Zuzu Angel e as mulheres que se recusarem a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) não participarão da entrevista.

Caso a usuária desejar sua presença e você se recuse a assinar este TCLE, perguntaremos a usuária se podemos prosseguir sem sua presença. Caso ela concorde, a entrevista será realizada.

Pode não haver benefícios diretos para você na participação do estudo. No entanto, as informações que a entrevistada fornecer podem ajudar a pesquisadora e os que trabalham na pesquisa na compreensão das relações entre violência doméstica e seu trabalho, apontando para novas percepções e reflexões acerca do tema. Além disso, haverá um retorno da pesquisa, com seus resultados e percepções, para discussão com você e os outros profissionais do CEOM Zuzu Angel.

A participação em uma entrevista sempre pode envolver alguma perda de privacidade. No entanto, tomaremos todo o cuidado para que as informações pessoais que a entrevistada fornecer sejam mantidas em sigilo. O nome da entrevistada e o nome das pessoas que ela citar serão substituídos por outros nomes a fim de manter sua privacidade. Seu nome também será mantido em sigilo caso seja citado na pesquisa. Todo o material de pesquisa (gravações de áudio, transcrições e anotações) estará resguardado, sob a responsabilidade da pesquisadora do estudo.

Durante ou após o estudo você poderá solicitar da pesquisadora informações sobre a sua participação na entrevista e/ou sobre a pesquisa, através dos meios de contato encontrados neste documento.

Não haverá custo para sua participação. Você também não será pago para participar do estudo. A entrevista tem caráter voluntário e você pode aceitar se desejar participar. Este estudo irá incluir apenas pessoas que concordarem em participar.

Os resultados serão divulgados na dissertação de mestrado da pesquisadora.

Se você tiver alguma preocupação ou dúvida pode conversar com a pesquisadora. O contato da pesquisadora é:

JASMIN GLADYS MELCHER ECHEVERRIA

Programa de Mestrado Acadêmico em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP/FIOCRUZ)

Rua Leopoldo Bulhões, 1480– Manguinhos – Rio de Janeiro- RJ - CEP: 21041210

Telefones: (21) 2598-2557; 2598-2730

E-mail da pesquisadora: jasmin.melcher@hotmail.com

Para questões sobre seus direitos como voluntário em uma pesquisa, entre em contato com:

Comitê de Ética em Pesquisa da ENSP/ FIOCRUZ

Endereço: Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/ FIOCRUZ. Rua Leopoldo Bulhões, 1480– Manguinhos – Rio de Janeiro- RJ - CEP: 21041210

Tel: (21) 25982863

E-Mail: cep@ensp.fiocruz.br

<http://www.ensp.fiocruz.br/etica>

“O Comitê de Ética é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Dessa forma o comitê tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do projeto de modo que a pesquisa respeite os princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade”.

ASSINATURA DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Se você leu (ou se ele lhe foi explicado) este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, todas as suas perguntas foram respondidas e você concorda em participar deste estudo, por favor, assine seu nome abaixo e rubrique todas as páginas do termo. Todas as páginas do termo serão também rubricadas pela pesquisadora que discutiu este documento com você. Este termo é redigido em duas vias e você receberá uma para guardar consigo.

Declaro que compreendi os objetivos e condições de minha participação no estudo e concordo em participar.

Nome do participante (por extenso)

Assinatura do participante

_____/_____/_____

Data

Assinatura da Pesquisadora Responsável

_____/_____/_____

Data

ANEXO

PRONTUÁRIO FEMININO CEOM ZUZU ANGEL

PRONTUÁRIO Nº: _____

DATA: ___/___/___

DADOS PESSOAIS

Nome: _____

Identidade: _____

CPF: _____

Nome da mãe: _____

Data de nascimento: ___/___/___ Idade: _____ Naturalidade: _____

Endereço: _____

Referência: _____ Tel.: _____

Raça/ Cor: () Branca () Parda () Preta () Amarela () Indígena

Religião: () 1 - Católica () 2 - Protestante () 3 - Budista () 4 - Espírita
() 5 - Afro-brasileira () 6 - Não possui () 7 - Outros: _____

Estado Civil: () 1 - Solteira () 2 - Casada () 3 - União estável () 4 - Viúva
() 5 - Separada de fato () 6 - Separada judicialmente () 7 - Divorciada

Parceiro afetivo: () Marido () Namorado () Companheiro () Outros _____

Nome: _____ Idade: _____

Possui filhos? () Sim () Não

Nome e idade dos filhos:

Os filhos encontram-se na escola? () Sim () Não

() Escola Pública Municipal () Escola Pública Estadual () Escola Particular
() Escola Técnica () Faculdade Pública () Faculdade Particular

ESCOLARIDADE E INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Escolaridade: ()

1 - Analfabeta	2 - Lê e escreve
3 - Primeiro ciclo incompleto (antigo primário)	4 - Primeiro ciclo completo (antigo primário)
5 - Segundo ciclo incompleto (antigo ginásio)	6 - Segundo ciclo completo (antigo ginásio)
7 - Ensino médio incompleto	8 - Ensino médio completo
9 - Superior incompleto	10 - Superior completo

Trabalha fora de casa? () Sim () Não

Em caso afirmativo: () Celetista () Estatutária () Informal () Outros

Contribui para o INSS? () Sim () Não

Profissão/ Ocupação: _____

Endereço comercial: _____

Referência: _____ Tel: _____

Encaminhada pela:

Local onde o fato ocorreu:

USUÁRIA: _____

CÔNJUGUE/COMPANHEIRO: _____

FILHOS: _____

—

TEMPO _____ **DE**

RELACIONAMENTO: _____

TIPO DE VIOLÊNCIA: _____

DIMENSÃO: _____

—

FATOR POTENCIALIZADOR: _____

RO _____

ORIENTAÇÕES/ENCAMINHAMENTOS: _____

—

OBS: _____

—

DATA 1º ATENDIMENTO _____

A.S _____

DATA: _____